



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**RENATO LIMA DOS ANJOS**

**O DESEMPENHO DA PARAÍBA NO CONTEXTO DA ECONOMIA NORDESTINA**  
**(2002-2015)**

**JOÃO PESSOA**  
**2017**

**RENATO LIMA DOS ANJOS**

**O DESEMPENHO DA PARAÍBA NO CONTEXTO DA ECONOMIA NORDESTINA  
(2002-2015)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal da  
Paraíba como requisito obrigatório para a  
obtenção do título de Bacharel em Economia.  
Prof<sup>a</sup> Orientadora: Rejane Gomes Carvalho

**JOÃO PESSOA**

**2017**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A599d Anjos, Renato Lima dos.

O desempenho da Paraíba no contexto da economia Nordeste (2002-2015)./ Renato Lima dos Anjos. – João Pessoa: UFPB, 2017.

58f.:il.

Orientador: Prof. Rejane Gomes Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Desenvolvimento. 2. Paraíba. 3. Desigualdade. 4. Crescimento. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 33

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**


**AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno **Renato Lima do Anjos**, Matrícula **11315752**, intitulada **O DESEMPENHO DA PARAÍBA NO CONTEXTO DA ECONOMIA NORDESTINA (2002—2015)**, foi submetido à apreciação da Comissão Examinadora, composta pelos Professores Rejane Gome Carvalho (orientadora), Ivan Targino Moreira (examinador) e Wanderleya dos Santos Farias (examinador), no dia 28/11/2017, às 14 hs, no período letivo 2017.1

O TCC foi **APROVADO** pela Comissão Examinadora e obteve nota ( **10 DEZ** ).


Reformulações sugeridas: Sim ( ) Não ( X )

Atenciosamente,

  
Profª Rejane Gomes Carvalho – Orientadora

  
Prof. Ivan Targino Moreira – Examinador

  
Profª Wanderleya dos Santos Farias – Examinadora

Ciente:   
Renato Lima dos Anjos - Aluno

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha família, em especial minha mãe e minha irmã, que mesmo em momentos difíceis sempre me apoiaram e incentivaram para que eu pudesse concluir o curso de Economia.

Agradeço imensamente a minha professora Rejane Gomes Carvalho, que orientou a elaboração deste trabalho e desde o início do curso esteve comigo, me auxiliando e me ajudando durante minha jornada acadêmica, juntamente com a professora Wanderleya Farias, as quais me deram oportunidade de ser extensionista durante três anos, que sem dúvidas, foi a melhor experiência que tive enquanto estive na universidade.

Aos amigos que fiz no decorrer do curso, especialmente aos “economitos” e aos da minha cidade, que proporcionaram ótimos momentos em minha vida e que sempre estiveram comigo nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo Paulo Diniz, que me ajudou muito nesse último ano, a quem sou eternamente grato pela sua amizade; aos colegas que fiz nos encontros de estudantes regionais e nacionais que participei, e aos amigos que conheci enquanto fui estagiário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Aos docentes do Departamento de Economia, e especialmente as secretárias da Coordenação do curso de ciências econômicas, Lenilda e Verinha que sempre se mostraram prestativas para solucionar algumas questões que surgiam.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o comportamento da economia paraibana no período de 2002 a 2015, destacando como o estado integrou-se no processo de crescimento e desenvolvimento regional, utilizando-se de análises comparativas com os demais estados da região Nordeste. Para isso, o trabalho foi dividido em três partes: na primeira foram apresentadas algumas características do desenvolvimento econômico brasileiro; na segunda realizou-se uma discussão acerca do crescimento do Nordeste a partir de 1960, quando a região foi considerada parte integrante de um plano de desenvolvimento regional; e, por fim, analisaram-se alguns indicadores econômicos e sociais da região no período que compreende o “novo desenvolvimentismo” a partir dos anos 2000. Quanto aos procedimentos metodológicos, além de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema proposto, o trabalho utilizou-se da análise e discussão de dados secundários, coletados a partir de instituições de pesquisas oficiais, como IBGE e MTE, entre outros. Como principais resultados, observou-se que a Paraíba apresenta o 4º menor PIB da região, a mais baixa remuneração média formal, concentração do emprego no setor de serviços e da administração pública e dificuldades na atração de investimentos produtivos que favoreçam a dinamização do desenvolvimento da economia do estado. Como principais considerações, destaca-se que os investimentos realizados no Nordeste se localizaram historicamente em três estados, Bahia, Pernambuco e Ceará, enquanto a Paraíba apresentou mudanças pouco expressivas em sua estrutura econômica, de modo a influenciar nas fragilidades no mercado de trabalho, no baixo nível de rendimento e na manutenção das desigualdades.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Paraíba; Desigualdades; Crescimento.

## ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the behavior of the economy of Paraíba from 2002 to 2015, highlighting how the state was integrated in the process of growth and regional development, using comparative analysis with the other states of the region. For this, the work was divided into three parts: the first part presents some characteristics of Brazilian economic development; the second one brings a discussion about the growth of the Northeast since 1960, when the region is inserted in a regional development plan; and, finally, the last part shows some economic and social indicators of the region in the period that is part of the "new developmentalism". For the methodological procedures, besides a bibliographical and documentary research on the proposed theme, the work was based on the analysis and discussion of secondary data, collected from official research institutions, such as IBGE, MTE, and others. As the main results, it can be observed that Paraíba presents the 4th lowest GDP in the region, the lowest average formal remuneration, concentration of employment in the Service, Public Administration sector and difficulties in attracting productive investments aimed at boosting and promoting the development of the economy. It is concluded that the investments made in the Northeast were concentrated in three states, and that Paraíba did not present a significant change in its economic structure nor in its labor market indicators, in order to influence weaknesses in the labor market, the low level of income and the maintenance of inequalities

**Keywords:** Development; Paraíba; Inequalities; Growth.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nordeste – População por níveis de instrução (mil pessoas) – 2015, média anual ..	36
Tabela 2: Nordeste – PIB a preços constantes, por estado (2002/2008/2014) .....	38
Tabela 3: Nordeste – Participação dos estados na composição setorial do PIB regional (2002/2014) .....	39
Tabela 4: Nordeste – Participação dos estados na composição do PIB regional (2002/2014 - %) .....	40
Tabela 5: Nordeste – PIB per capita por estado (2002/2014), em valores reais.....	41
Tabela 6: Nordeste – Crescimento percentual do número de vínculos ativos na região, por estados (2002/2015 - %).....	42
Tabela 7: Paraíba – Emprego formal por setor de atividade (2002/2015), nº absoluto.....	43
Tabela 8: Nordeste -Evolução do rendimento médio real, por estados (2002/2005/2008/2012/2015) – Mil R\$.....	44
Tabela 9: Nordeste - Evolução do rendimento médio real, por estados, média anual* (2012- 2015) – Mil R\$ .....	45
Tabela 10: Distribuição dos Investimentos do PAC no Nordeste (%), 2007 - 2010.....	46
Tabela 11: Paraíba - Investimento total do PAC (2015 a 2018 e Pós 2018), Milhões - R\$.....	48

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Nordeste – Crescimento real do PIB, por estados de 2002 a 2014 (em %) .....	37
--	----

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica de Política para América Latina e o Caribe
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODH	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS .....	13
1.1.2 Objetivo geral .....	13
1.1.3 Objetivos específicos .....	13
<b>2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS QUE MARCARAM O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
2.1 AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO .....	17
2.2 GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NOS ANOS 1990.....	19
2.3 (NEO) DESENVOLVIMENTISMO: O QUE HÁ DE NOVO? .....	21
<b>3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>25</b>
<b>4 ESTADO, POLÍTICA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE.....</b>	<b>28</b>
4.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE E DESIGUALDADES.....	30
4.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DOS POLOS PRODUTIVOS .....	32
<b>5 PARAÍBA E NORDESTE: CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS ANOS 2000 .....</b>	<b>35</b>
5.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E CONSERVADORISMO .....	37
5.2 EMPREGO E RENDA NO CENÁRIO ATUAL .....	42
5.3 QUAIS AÇÕES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DA PARAÍBA? .....	45
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estado da Paraíba, embora tenha apresentado alguns destaques nas últimas décadas, no que diz respeito a melhorias em indicadores sociais, investimentos, na geração de emprego e na diminuição das desigualdades, apresenta ainda uma significativa parcela da sua população vivendo em situação de pobreza, com baixo nível educacional e com dificuldade na geração de renda.

Diante disso, o interesse principal deste trabalho é analisar o desenvolvimento sob a perspectiva social e econômica alcançada no estado da Paraíba no período de 2002 a 2015, caracterizar as condições estruturais de um estado periférico e entender as peculiaridades do desenvolvimento enfrentadas na realidade local.

Do ponto de vista do planejamento econômico, o período após a segunda guerra mundial ficou marcado pelo surgimento de ideias desenvolvimentistas e pela expansão da industrialização nos países da América Latina, de modo a provocar taxas de crescimento bastante elevadas, resultado de um aumento da participação do Estado nos investimentos para a criação de infraestrutura produtiva e de serviços, principalmente, no caso brasileiro.

Ao experimentar um importante ciclo de crescimento econômico decorrente das estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos diferentes governos, o país vivenciou os efeitos da crise econômica mundial a partir da década de 1970, o que se acentuou na década seguinte. A noção de desenvolvimentismo perdeu espaço para a ortodoxia convencional diante da necessidade de estabilização da economia. Com isso, o Estado deixou de intervir mais fortemente como agente produtivo, mediante a promoção de uma política econômica conservadora, dando mais vez e espaço ao mercado. Especialmente nos anos de 1990, destacaram-se o processo de globalização, a reforma do Estado e a adoção da política econômica neoliberal. Considerando a situação de instabilidade em que a economia brasileira se encontrava, indexada e com altos níveis inflacionários, como consequência observou-se a estagnação do desenvolvimento socioeconômico.

Durante esse período, com a crise financeira e fiscal e a dívida externa que o Estado enfrentava, numa tentativa de conter os gastos públicos, ocorreu uma diminuição dos investimentos por parte do governo federal nas regiões mais pobres e mais desiguais. As políticas públicas regionais, até então direcionadas ao Norte e Nordeste, perderam seu papel e intensidade.

A retomada do crescimento econômico, observada principalmente no início dos anos 2000, após a relativa estabilidade financeira que foi promovida, sobretudo, pela diminuição da inflação, ocasionou numa melhora dos indicadores sociais e também no mercado de trabalho, com o aumento da formalização das ocupações, especialmente na região Nordeste, e, conseqüentemente, no estado da Paraíba.

A região Nordeste, ao longo das últimas décadas, teve seu desenvolvimento pautado principalmente na intervenção estatal, fruto de políticas “novo desenvolvimentistas”, mas que não foram suficientes para reduzir a desigualdade existente em comparação com as demais regiões do Sul e Sudeste. Estas apresentam indicadores socioeconômicos que diferem bastante da realidade local e a região nordestina continua concentrando expressiva pobreza, possuindo um baixo nível de escolaridade e baixa renda *per capita*.

O estado da Paraíba, situado na região Nordeste, não difere dessa realidade, mesmo apresentando crescimento econômico acima da média nacional nos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba em 2014 foi de R\$ 52.936 (milhões), mas a participação no PIB nacional é de apenas 0,9%. O PIB *per capita*, para o mesmo ano, foi de R\$ 13.422, mantendo-se com baixo nível de desenvolvimento quando observados os demais indicadores socioeconômicos

Diante desse cenário, levanta-se a discussão de como essas políticas desenvolvimentistas podem ter afetado a região Nordeste e, em especial, a Paraíba. O problema a ser analisado gira em torno de qual desenvolvimento econômico pode ser verificado no estado a partir dos anos 2000. Nesse sentido, é relevante analisar se houve mudanças importantes na estrutura produtiva, nos setores econômicos, na distribuição da produção e na participação do estado na economia regional.

Além dessa introdução, a primeira parte da pesquisa abordará o conceito de desenvolvimento ao longo das últimas décadas e as discussões recentes em torno da noção de “novo desenvolvimentismo”. Posteriormente, apresentará um panorama sobre o crescimento econômico enfrentado pelos estados nordestinos nos últimos anos e, por fim, uma análise sobre a economia paraibana acerca dos indicadores socioeconômicos e da sua capacidade de geração de emprego e renda, sendo necessário, em alguns aspectos, utilizar-se de análises comparativas com os outros estados da região, para podermos observar as suas características locais frente às economias de estados que compõem a região Nordeste.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.2 Objetivo geral

Analisar o desempenho socioeconômico do estado da Paraíba e sua capacidade de inserção na economia regional no período de 2002 a 2015.

### 1.1.3 Objetivos específicos

- Comparar os indicadores socioeconômicos do estado da Paraíba com os demais estados nordestinos;
- Observar a desigualdade econômica e social entre a Paraíba e o Nordeste;
- Destacar as ações de políticas públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento no estado da Paraíba.

## **2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS QUE MARCARAM O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL**

Neste capítulo, o objetivo principal é localizar as discussões e as características das estratégias do desenvolvimento brasileiro, a partir da década de 1930. Não cabe aqui fazer um aprofundamento teórico e histórico sobre esse desenvolvimento, mas apenas apresentar algumas ideias centrais que marcaram a expansão da economia brasileira nas últimas décadas.

Caracterizado como um país periférico, devido a sua dependência em relação às economias mais desenvolvidas, o Brasil apresentou elevadas taxas de desenvolvimento no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, principalmente, segundo Bresser Pereira (2006), pela adoção de uma estratégia desenvolvimentista, na qual o Estado passou a fomentar a infraestrutura, criar instituições e formular políticas públicas com o objetivo fundamental de promover o desenvolvimento econômico por meio da industrialização.

De modo a sistematizar as principais características do desenvolvimento econômico no Brasil após 1930, Bielschowsky (2013) classifica três etapas fundamentais: a primeira está representada pelo processo de industrialização impulsionado pelo Estado, que perdurou até 1980, marcada pela introdução de ideias desenvolvimentistas no Brasil, cujas estratégias estavam pautadas na industrialização, na formação de um parque industrial complexo e na criação das primeiras instituições em prol do desenvolvimento nacional; a segunda, por um período de instabilidade macroeconômica e financeira, com alto índice inflacionário, que durou até 2000. Esse período ficou caracterizado pelas tentativas de reverter o quadro de instabilidade econômica em que o país se encontrava, por meio de diversos planos econômicos pouco efetivos que privilegiavam a recuperação da economia em detrimento das estratégias de desenvolvimento social. Por fim, o terceiro momento, após os anos 2000, foi caracterizado pelo aumento do preço das matérias-primas, com a alta demanda por bens intensivos em recursos naturais dos países asiáticos, especialmente da China.

Considerando a fase que marcou a mudança do modelo de produção primário exportador para a base produtiva industrial, tendo sua intensificação especialmente a partir dos anos de 1950 até o início da década de 1970, a economia brasileira experimentou importantes fases de crescimento, acompanhado pela expansão do PIB *per capita*, da produtividade do trabalho e dos níveis de investimento, caracterizando um desenvolvimento fortemente influenciado pelas ideias desenvolvimentistas. Esta concepção serviu para assinalar o modelo de desenvolvimento

da América Latina baseado no processo de industrialização e se formalizou teoricamente a partir da atuação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Além disso, a influência da teoria keynesiana sobre o papel intervencionista do Estado, por meio da política fiscal, marcou o período (BRESSER PEREIRA, 2006).

Castelo (2012), destaca que o desenvolvimentismo atuou no sentido de associar as iniciativas estatais com o processo de industrialização do país, através, principalmente, do modelo de substituição de importações. Para isso, essas iniciativas “ocorreram através de políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que então alocavam seus capitais nos setores de bens de consumo não duráveis” (CASTELO, 2012. p. 619). Assim, Bresser Pereira (2006), afirma que os princípios fundamentais do desenvolvimentismo estavam na promoção da industrialização, via substituição de importações; no papel central do Estado em estimular a poupança forçada e no investimento em empresas e na infraestrutura econômica; em políticas protecionistas; e, no crescimento baseado na demanda e no déficit público.

Para Fonseca (2004), o crescimento econômico, promovido pelo “desenvolvimentismo” no Brasil, principalmente, na década de 1950 com os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, baseou-se em quatro correntes antecessoras: os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas. Cada corrente, com sua característica, contribuiu para o fortalecimento e a implementação dessa estratégia de desenvolvimento no Brasil.

O primeiro, teve suas origens no período colonial com a divergência de interesses entre a metrópole e a colônia; o segundo buscava enaltecer aqueles setores vistos como uma ramificação do setor primário, privilegiando as matérias primas locais; o terceiro teve suas ideias baseadas na política econômica clássica, além de defender uma maior presença do Estado que atuaria como agente anticíclico; e, por último, os positivistas, que admitiam a presença do Estado em casos em que houvesse um “problema social”. Para Fonseca (2004), o governo de Getúlio Vargas foi o primeiro a esboçar o conceito de desenvolvimentismo de forma mais planejada.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) caracterizou-se pela adoção do Plano de Metas e ficou marcado com o slogan: “cinquenta anos em cinco”, expressando a ideia de que o desenvolvimento industrial poderia ser acelerado, de modo a modernizar o país em pouco tempo. O governo de Juscelino foi fortemente influenciado pelas concepções desenvolvimentistas, fazendo com que o Estado atuasse no incentivo à industrialização através do modelo de substituição de importações, além dos investimentos em energia, transportes,

indústria de base, educação e na construção de Brasília, que seria inaugurada em 1960 como a capital do Brasil. Segundo Albuquerque (2015), a industrialização brasileira no governo de Juscelino Kubitschek se deu, principalmente, através da implementação da indústria pesada.

Durante o Governo Militar, de 1964 a 1984, a economia brasileira apresentou elevado crescimento econômico, principalmente no período conhecido como “milagre econômico”, cuja taxa de crescimento do PIB chegou a 11% a.a. Segundo Giambiagi (1999), a explicação para esse “milagre” pode ser dividida em três linhas de pensamento: a primeira diz respeito a política econômica adotada no período, com incentivo às exportações e às políticas expansivas monetárias e de crédito; a segunda se refere ao ambiente externo favorável em que encontrava-se a economia internacional; e a última é explicada pelas reformas institucionais causadas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), pautadas nas reformas tributárias e financeiras.

Após experimentar esse crescimento expressivo e, conseqüentemente, um ciclo de expansão industrial, a economia brasileira passou a sofrer os efeitos da diminuição do crescimento da economia mundial em finais dos anos de 1970 e que se estendeu para a década seguinte. O novo contexto econômico provocou o enfraquecimento dos princípios fundantes do desenvolvimentismo, dando espaço para o fortalecimento das políticas neoliberais, principalmente, a partir de 1990. A crise da dívida externa, o desequilíbrio inflacionário e o elevado déficit público no Brasil, permitiu que a ortodoxia convencional fosse, aos poucos, se estabelecendo com as políticas macroeconômicas<sup>1</sup>.

A década de 1990 ficou representada pela mudança estrutural no ambiente econômico no Brasil, e, como forma de reverter a situação crítica em que se encontrava, os governos que estavam à frente da economia brasileira, inicialmente Fernando Collor de Melo e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, passaram a adotar políticas macroeconômicas e reformas pautadas na ideologia neoliberal, cujo objetivo principal era o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a estabilização econômica. Em meio a abertura comercial, privatizações e reformas financeiras, a economia apresentou relativa estabilização e controle inflacionário. No entanto, provocou o aumento do desemprego, da precarização das relações e das condições de trabalhos e, como veremos mais adiante, foram deixadas de lado as políticas de desenvolvimento regional, principalmente aquelas que afetavam diretamente a região

---

<sup>1</sup> BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo. Fundação Seade, v. 20, n 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo\\_Desenvolv-SEADE.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo_Desenvolv-SEADE.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2017a.

Nordeste, com o enfraquecimento ou a extinção de agências regionais de desenvolvimento, como a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ademais, registrou-se redução do investimento realizado pelo governo nas regiões, além do processo de privatização das empresas estatais e de bancos públicos, contribuindo para uma maior “liberdade” do setor privado quanto às decisões de localizações de seus investimentos (GUIMARÃES NETO, 2014).

De acordo com Bresser Pereira (2006), a promessa de desenvolvimento econômico que seria promovida pela ortodoxia convencional fracassou. Para o autor, isso ocorreu porque a grande crise dos anos de 1980 interrompeu o aprimoramento dos Estados nacionais nos países da América Latina, dificultando, assim, a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento. A ortodoxia convencional, refletiu os interesses dos países centrais que não condiziam com a realidade dos países pobres.

A economia brasileira, passou, portanto, por diferentes etapas de desenvolvimento: a partir da década de 1930, com o governo de Vargas, adotou ideias e estratégias desenvolvimentistas; em meados de 1960, durante o regime militar, com reformas institucionais e políticas expansionistas; e, na década de 1980 em diante adotou políticas neoliberais que foram fortemente influenciadas pela economia internacional, resultando na abertura econômica brasileira na década de 1990 e na introdução do Brasil no processo de Globalização (BIELSCHOWSKY, 2013).

Embora tenha apresentado elevado crescimento do PIB, no período que marcou a industrialização do país, a economia brasileira não superou seus problemas relacionados às questões econômicas e sociais, pelo contrário, o planejamento econômico do país promoveu desigualdades entre as regiões e concentração da produção e da renda. Enquanto o Sul e o Sudeste apresentavam elevação em seus indicadores sociais e o aumento na renda de sua população, o Nordeste brasileiro mantinha-se, até meados de 1960, aquém desse crescimento e com elevado nível de pobreza. Por isso, no planejamento econômico deve-se levar em consideração que o crescimento da economia precisa ser acompanhado pelo desenvolvimento econômico, especialmente, com a melhoria na qualidade e nas condições de vida da população.

## 2.1 AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A crescente preocupação dos países em elevar a produtividade, o PIB e o crescimento, especialmente, após a abertura econômica nos anos de 1990, provocou uma busca desenfreada pelo crescimento econômico, sem a preocupação dos incrementos na renda estarem ou não sendo distribuídos de forma equitativa na população. As políticas econômicas justificavam-se pelo crescimento em si mesmo, buscando-se, em sua maioria, o poder econômico, mesmo que esse poder não tenha afetado de forma positiva a qualidade de vida das pessoas.

Para alguns economistas, essa elevação na produtividade resultaria no desenvolvimento econômico. No entanto, a maneira como se atinge esse desenvolvimento pode ser questionada. De acordo com França (2012), os neoclássicos têm a visão de que o desenvolvimento ocorre de forma lenta e gradual, uma vez que suas preocupações estão centradas no comportamento do mercado onde este, ao se movimentar livremente, iria preservar o equilíbrio monetário e cambial o que, conseqüentemente, funcionaria como instrumento principal do crescimento e do desenvolvimento.

No entanto, os termos crescimento e desenvolvimento não podem ser confundidos. O crescimento nem sempre resultará num benefício coletivo para a população, pois "mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária" (SOUZA, 1993, p. 5).

De acordo com Souza (1993), esse debate ideológico acerca das definições de crescimento e desenvolvimento econômico está dividido em duas perspectivas principais do pensamento econômico. A mais conservadora defende que crescimento é sinônimo de desenvolvimento, cujos autores que se destacam nessa corrente são defensores de modelos neoclássicos de crescimento, como Solow, Meade, e até mesmo alguns de origem keynesiana, como Harrod, Domar e Kaldor. Já a segunda está relacionada a uma corrente mais heterodoxa, onde desenvolvimento é representado pelas mudanças positivas nos padrões de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, enquanto o crescimento é representado apenas pela variação quantitativa do produto, sendo esse pensamento fortemente influenciado por autores de orientação cepalina e marxista, como Furtado, Prebisch e Singer.

Para o desenvolvimento, portanto, devem ser levadas em conta as mudanças na economia, tornando-a mais eficiente, juntamente com uma melhoria no padrão de vida da população. Assim, o crescimento, representado pelo aumento da renda e do produto, será necessário para a promoção do desenvolvimento, mas não é, por si só, suficiente. Seguindo esse raciocínio, Souza define desenvolvimento econômico como resultado da:

(...) existência de crescimento econômico contínuo ( $g$ ), em ritmo superior ao crescimento demográfico ( $g^*$ ), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente (SOUZA, Nali Jesus, 1993, p. 7).

Já o crescimento econômico:

(...) precisa, portanto, superar o crescimento demográfico ( $g^*$ ), para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, a fim de permitir ao governo realizar gastos sociais e atender prioritariamente às pessoas mais carentes. Com isso, há melhora nos indicadores sociais, incluindo melhores níveis educacionais e de consciência ambiental (SOUZA, Nali Jesus, 1993, p. 7).

Como consequência do processo de crescimento, que privilegiou a elevação do PIB sem muito preocupar-se com as questões sociais, o Brasil, denominado como “periferia” do capitalismo, apresenta alta desigualdade social e dificuldades em resolver a crítica situação que enfrenta, especialmente no que diz respeito aos indicadores sociais e econômicos, educação, renda, saúde, habitação e vários outros. Além disso, esse debate entre crescimento e desenvolvimento faz-se necessário na agenda política e econômica a fim de combater as desigualdades regionais e promover maior desenvolvimento naquelas regiões mais pobres.

## 2.2 GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NOS ANOS 1990

A década de 1990 ficou marcada pelas transformações que ocorreram na economia mundial. Embora a inserção brasileira no mercado internacional tenha ocorrido anteriormente a esse período, sua maior intensidade de integração comercial se deu nos anos de 1990, com a adoção de políticas neoliberais que facilitaram o processo de globalização<sup>2</sup> e objetivaram superar as dificuldades que o país enfrentava. Em parte, a situação de instabilidade econômica no país ocorreu pela redução dos investimentos produtivos, em função da crise de acumulação

---

<sup>2</sup> Embora se pretenda destacar, nesta seção, o processo de globalização econômica a partir da década de 1990 e as suas influências sobre a economia brasileira, compreende-se o fenômeno da globalização da economia mundial como movimento mais amplo de expansão do próprio modo de produção capitalista que se verifica em suas diferentes etapas de desenvolvimento estrutural, desde a expansão comercial entre as nações a partir do século XVI até a fase mais recente de expansão do capital financeiro no século XXI. Para um aprofundamento da discussão sobre o tema, ver: CHESNAIS, 1996.

de capital na economia mundial, o que resultou em baixo nível da atividade econômica, aumento da dívida externa, hiperinflação e a deterioração dos indicadores sociais na década de 1980 (GENNARI, 2001).

Esse período rompeu com a antiga estratégia de desenvolvimento adotada, até então, caracterizada pela participação do Estado, baseada numa ideologia desenvolvimentista. Deixou-se de lado a forte intervenção do Estado e passou-se a adotar reformas de ordem liberal, com a tentativa de diminuição da participação do Estado na economia. De acordo com Yano e Monteiro (2008), as mudanças estruturais e institucionais ocorridas na década de 1990 tinham como objetivo o aumento da produtividade do trabalho na economia e, conseqüentemente, sua estabilização. Para os autores: “O papel do Estado frente ao projeto de desenvolvimento do país, passaria de um ‘Estado-empresário’ para o que seria um ‘Estado regulador e fiscal’ das atividades econômicas” (YANO e MONTEIRO, 2008, p. 3).

Essas mudanças estruturais que se tornaram dominantes na América Latina, foram fortemente influenciadas pelo Consenso de Washington<sup>3</sup>, cujas reformas poderiam ser aplicadas a países em desenvolvimento como forma de superar as crises econômicas que essas nações enfrentavam. Essas reformas, resultaram na menor participação do Estado na economia, no aumento das exportações e também na liberalização do comércio. No entanto, de acordo com Bresser Pereira, essas estratégias não refletiam os interesses dos países pobres, tendo em vista que:

A ortodoxia convencional, que então substituiu o nacional-desenvolvimentismo, não havia sido elaborada no país e não refletia as preocupações, nem os interesses nacionais, mas as visões e os objetivos dos países ricos. Além disso, como é próprio da ideologia neoliberal, era uma proposta negativa que supunha a possibilidade dos mercados coordenarem tudo automaticamente, além de proporem que o Estado deixasse de realizar o papel econômico que sempre exerceu nos países desenvolvidos: o de complementar a coordenação do mercado para promover o desenvolvimento econômico e a equidade (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 9).

---

<sup>3</sup> O encontro ocorrido na capital dos Estados Unidos, em novembro de 1989, cujo objetivo era avaliar as reformas econômicas exercidas na América Latina, resultou no termo conhecido como “Consenso de Washington”, que representou uma série de medidas de ajustes macroeconômicos, adotadas pelos países da região. De acordo com Bresser Pereira (1991), essas medidas podem ser resumidas em “promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental”, além de incitar a redução da participação do Estado na economia.

Mesmo com o relativo controle inflacionário, promovido pela implantação do Plano Real<sup>4</sup> em 1994, a economia continuou com baixo crescimento e baixo nível de investimento, dificultando a inserção de uma parcela significativa da população no mercado de trabalho, ocasionada, principalmente pela abertura comercial em função do processo de globalização. Esse conjunto de mudanças também resultou na flexibilização do trabalho, “interferindo” na dinâmica do emprego formal e contribuindo para o aumento da informalidade e da precarização do trabalho. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa, na década de 1990, por um implacável ataque. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Cresce o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis (DIEESE, 2001, p. 12).

Portanto, a introdução de políticas neoliberais e a inserção do Brasil na economia internacional resultou no controle da hiperinflação após a implementação do Plano Real, mas, também, num baixo nível de atividade econômica e numa maior dependência externa do país, perdendo seu caráter “soberano”, principalmente, com a queda de desempenho no setor industrial, devido a “desindustrialização” que o país sofreu. Nesse caso, tanto o valor adicionado como o emprego do setor industrial perderam participação na composição do PIB e do emprego total. Esse fraco desempenho do setor industrial foi ocasionado pelo baixo nível de investimento na economia durante a década de 1980 e 1990 (MARQUETI *apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010).

### 2.3 (NEO) DESENVOLVIMENTISMO: O QUE HÁ DE NOVO?

---

<sup>4</sup> O Plano Real foi um plano econômico desenvolvido em 1994 durante o governo de Itamar Franco, com objetivo de promover a estabilidade monetária (controlar a inflação) e fiscal e viabilizar a estabilização econômica. Em linhas gerais, de acordo com Ianoni (2009), o plano dividiu-se em três fases: a primeira representada pelo ajuste fiscal, com a redução de gastos públicos; a segunda se constituiu da criação da Unidade Real de Valor (URV), como um novo indexador; e, finalmente, pela introdução de uma nova moeda, o real (R\$).

Após as experiências anteriores de desenvolvimento no Brasil assumidas pelos diversos governos, que passaram do desenvolvimentismo nos anos de 1950 à adoção de políticas neoliberais nos anos 2000, surgiu o chamado “(neo) desenvolvimentismo” ou, novo desenvolvimentismo, cuja ideia central baseia-se na regulação da economia por meio do Estado, buscando adequar as experiências passadas à realidade atual.

O novo desenvolvimentismo surgiu após o enfraquecimento das políticas neoliberais adotadas nos países da América Latina nos anos de 1990, os quais viram seus desempenhos econômicos e sociais apresentar resultados preocupantes, tendo em vista o aumento do endividamento, do desemprego e da pobreza. Segundo Castelo (2012), países como Argentina, Brasil e México passaram por fases de baixo crescimento econômico, com aumento do desemprego, perda de direitos sociais, além de desequilíbrios em suas balanças de pagamento e o aumento das dívidas públicas internas.

Para Sicsu (2007), essa nova estratégia de desenvolvimento não está pautada na redução da presença do Estado na economia, mas sim, no seu fortalecimento, tornando-o mais capaz de agir perante o plano político, administrativo e financeiro. Além de promover o progresso técnico, deve haver o fortalecimento de instituições em prol do desenvolvimento, focado, principalmente, na educação pública, como propulsor do aprimoramento do capital humano.

De acordo com a perspectiva de Bresser Pereira (2006), um dos principais expoentes dessa abordagem, para que o novo desenvolvimentismo ocorra, é necessário que a nação compartilhe de interesses em comum, pois “o novo desenvolvimentismo irá se tornar em realidade quando a sociedade nacional se tornar uma verdadeira nação” (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 11). Diferentemente da ortodoxia convencional, as ideias do novo desenvolvimentismo defendem o surgimento de um consenso interno, como projeto de nação, de modo a resultar numa estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil, tendo em vista que as ideias importadas do modelo econômico e da ideologia dos países ricos, quando traduzidas em políticas econômicas liberais, terminam por neutralizar a capacidade de competir dos países pobres.

Em relação ao velho e ao novo desenvolvimentismo, Bresser Pereira (2006) destaca três diferenças principais:

1. Diferentemente do antigo, o novo não é protecionista, pois deduz-se que países como o Brasil já possuem indústrias mais bem estabelecidas, exigindo a competitividade das empresas naqueles setores industriais nos quais estão inseridas. Assim, não haveria o

pessimismo exportador, em que a base para o crescimento estaria na exportação de bens primários com baixo valor agregado.

2. O déficit público e a demanda não são mais bases para o crescimento. Esta seria uma crítica ao velho desenvolvimentismo, representado por alguns populistas, principalmente, na década de 1960 na América Latina.

3. O Estado não tem mais o papel de impulsionar a poupança forçada para investir diretamente na indústria pesada e em algumas áreas de infraestrutura, apenas devendo exercer a função de subsidiário em alguns setores da atividade econômica, especialmente naqueles em que o setor privado não tem capacidade de realizar sozinho determinados tipos de investimentos.

O novo desenvolvimentismo deve, segundo Sicsu (2007), ser constituído por um mercado forte, regulado pelo Estado, a fim de aumentar a produção, garantir condições necessárias para ampliar a concorrência, diminuir o desemprego e combater as desigualdades sociais. Pois, a economia que se mantém com um Estado fraco e um mercado desordenado não é capaz de lidar positivamente com as variáveis econômicas.

Esses ideais apresentaram-se como propostas do planejamento econômico a partir do primeiro governo Lula (2003-2006), com o fortalecimento das políticas sociais que objetivavam combater a fome e a extrema pobreza. E, em seu segundo mandato (2007-2010), com a ampliação dos investimentos públicos, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com Carneiro (2008):

(...) o objetivo era o de elevar o crescimento por meio da ampliação da taxa de investimento, contemplando três estratégias: incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infra-estrutura; remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. Dentre as três linhas de ação o grande destaque era para o investimento em infra-estrutura, tanto pela sua relevância para a aceleração do crescimento quanto pelo volume de recursos alocados (CARNEIRO, 2008, p. 49).

Já no governo Dilma (2011-2014), a atuação do PAC deu-se através do termo "PAC II", que foi distribuído em diferentes setores, com ênfase na inclusão social dos pobres, através do fortalecimento de políticas sociais e investimentos na área de transporte, energia e habitação, dando "continuidade a essa forma de compreensão do financiamento do desenvolvimento, da

geração de emprego e renda e da convergência entre Estado, mercado e trabalho” (SILVA. JARDIM, 2005, p. 131).

Com a tentativa de estimular a desconcentração produtiva no país, as aplicações de investimentos propostos pelo PAC, segundo Guimarães Neto (2011), foram destinadas em maior intensidade ao Norte e ao Nordeste, quando comparada com as demais regiões do país, estimulando o crescimento e promovendo o aumento da renda média e a expansão do emprego formal naquelas regiões. Esse conjunto de ações pode ter contribuído para a redução da extrema pobreza no país, embora não tenham se constituído explicitamente em políticas regionais de desenvolvimento.

O quarto capítulo, abordará mais a fundo as questões teóricas em torno do desenvolvimento regional, observadas tanto no contexto do desenvolvimentismo, quanto do novo desenvolvimentismo. As questões que se referem ao crescimento e ao desenvolvimento no Nordeste, especialmente no estado da Paraíba, serão abordadas no último capítulo desse trabalho, com o auxílio de indicadores econômicos que fundamentarão a discussão de como o estado está integrado nesse processo.

### 3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O trabalho e a pesquisa científica buscam colaborar para o desenvolvimento das informações em todas as áreas do conhecimento. A investigação científica, segundo Gil (2008), deve ser observada através de uma série de procedimentos e critérios rigorosos, denominados de métodos científicos para que, assim, atinja seu objetivo principal: observar a realidade dos fatos. Esses métodos são divididos em: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico, e têm como objetivo principal traçar o caminho adotado durante a pesquisa.

Os procedimentos metodológicos seguidos neste trabalho contribuirão, inicialmente, para proporcionar base para a discussão teórica que envolve as noções sobre os conceitos de desenvolvimento e o “novo desenvolvimentismo” no Brasil, de modo a demonstrar sua influência para o crescimento econômico da região nordestina, e, conseqüentemente, sua repercussão no estado da Paraíba, a partir da década de 2000. A pesquisa bibliográfica introduzida neste trabalho busca evidenciar e investigar, de maneira geral, as principais características do desenvolvimento econômico brasileiro, nordestino e paraibano.

O tipo de pesquisa caracteriza-se como aplicada e quantitativa, por utilizar informações já levantadas, isto é, através de dados secundários coletados por instituições de reconhecimento e credibilidade no país. A pesquisa pode ser classificada como descritiva, por trazer uma série de informações e dados socioeconômicos, propondo-se analisar como esses indicadores se comportaram em determinado período de tempo. Também é considerada uma pesquisa explicativa, pelo fato de tentar elucidar o que motivou a ocorrência dos fenômenos econômicos, tentando abordar mais profundamente o que os dados, por si só, não conseguem mostrar.

A pesquisa busca entender o desenvolvimento econômico ocorrido no estado da Paraíba, dado o contexto de crescimento no país a partir dos anos de 2000 até o ano de 2014. Serão utilizadas análises comparativas com outros estados nordestinos, de forma a permitir construir uma ideia de como se encontra a Paraíba em relação aos estados vizinhos, destacando as características semelhantes e as particularidades que norteiam as condições do desenvolvimento socioeconômico.

Como forma de facilitar o entendimento e melhorar a apresentação, os dados coletados serão apresentados através de gráficos e tabelas. Em seguida, o procedimento adotado é a

discussão das informações coletadas para o período que se propõe analisar. Essa discussão é necessária, para que haja o paralelo entre esses indicadores e o processo de desenvolvimento observado no estado da Paraíba.

O levantamento de indicadores, como já mencionado, será feito por meio de dados secundários, empregando informações de diversas instituições de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando do seu banco de dados denominado Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), bem como, informações das Contas Regionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Através do site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) haverá o levantamento de informações acerca do mercado de trabalho formal, com o sistema de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). E, também, a utilização de documentos, relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e outros que venham contribuir com a discussão teórica sobre determinado tema.

A análise se constituirá a partir de indicadores socioeconômicos que servirão para explicar alguns aspectos e características da economia local, como por exemplo, o PIB *per capita*, índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxa de analfabetismo, emprego e rendimentos.

De acordo com a metodologia desenvolvida pelo IBGE (2017), serão utilizadas como principais referências as seguintes definições:

- PIB: determinado como o “total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção”.

-Taxa de Analfabetismo: a “percentagem das pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário”.

Para o IPEA (2017) e o PNUD (2017, o índice de Gini e o IDH, são definidos como:

Índice de Gini: é "a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda".

Índice de Desenvolvimento Humano: "é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano".

As principais variáveis consideradas no estudo, além das já mencionadas, são: distribuição de renda, proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, anos de estudo, grau de instrução, emprego formal por setor de atividade, emprego formal por sexo, remuneração média, entre outros.

A variável de remuneração média e população por nível de instrução, retiradas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, apresenta informações trimestrais. Contudo, coletou-se as informações publicadas trimestralmente, e a partir delas utilizou-se uma média aritmética simples, para que fosse possível elaborar as informações anuais.

Outra consideração que se deve destacar, diz respeito aos dados coletados na plataforma do Ministério do Trabalho e Emprego, o sistema RAIS. Suas informações fazem referência aos empregos formais, isto é, com carteira de trabalho assinada e, além disso, os dados utilizados neste trabalho referem-se ao dia 31 de dezembro de cada ano, assim como é proposto na metodologia do ministério.

A partir dessas considerações, será possível construir um panorama do desenvolvimento social e econômico no estado da Paraíba no período analisado e observar as características do seu desenvolvimento e as perspectivas futuras diante da economia regional. Esse estudo faz-se necessário para o conhecimento mais aprofundado de um estado da região Nordeste que ainda apresenta grandes dificuldades na melhoria de seus indicadores sociais e econômicos. O estado da Paraíba também enfrenta índices de pobreza elevados, dificuldades no nível de educação e em uma série de fatores que interferem diretamente na melhoria de vida da população.

#### **4 ESTADO, POLÍTICA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE**

Sob a ótica desenvolvimentista, o segundo capítulo procurou ressaltar algumas contribuições teóricas das características do desenvolvimento econômico brasileiro. O presente capítulo tem como objetivo destacar as políticas de desenvolvimento no Nordeste, assim como a intervenção estatal como instrumento propulsor do desenvolvimento recente observado na região. Esta discussão irá nortear o capítulo seguinte, ao tratar mais adiante das questões que envolvem o estado da Paraíba.

A região Nordeste, historicamente, ficou marcada pelo seu baixo desenvolvimento social, mesmo apresentando sucesso, em termos econômicos, no período colonial brasileiro, que sedimentou a região com base na exploração de monoculturas como a cana-de-açúcar e outras atividades ligadas a agropecuária. Porém, embora tenha ocorrido mudanças significativas em sua estrutura produtiva, principalmente a partir da década de 1960, o Nordeste, segundo Guimarães Neto (1997), ainda não conseguiu superar traços herdados do período colonial.

Com o decorrer dos anos de 1930, após o surgimento das ideias desenvolvimentistas no Brasil, houve uma concentração, ainda maior, dos investimentos realizados no Centro-Sul, principalmente no que diz respeito à industrialização, já que estas regiões apresentavam maior dinamismo econômico devido a herança deixada pelo “ciclo cafeeiro”. A acumulação de capital foi necessária ao longo dos diversos ciclos produtivos para possibilitar o desenvolvimento das atividades que iniciariam o processo de industrialização brasileira, mesmo que apoiadas pelo Estado, resultando na “polarização” das atividades econômicas no Sudeste (SILVA, 2009).

Essa “polarização” favoreceu o crescimento da região Sudeste, fortalecendo sua hegemonia e liderando o processo de acumulação de capital, enquanto o Nordeste manteve-se até o final dos anos de 1950 com uma estrutura econômica que mantinha atividades baseadas em setores produtivos tradicionais, ainda caracterizado pela grande presença do setor primário em sua economia, e com baixo dinamismo econômico em relação aos setores industriais que emergiam.

A atuação do Estado na economia brasileira, principalmente, a partir dos anos de 1950 com a criação de órgãos de desenvolvimento e políticas regionais, resultou num processo de integração entre as regiões, onde o Nordeste passou a ser inserido num plano de desenvolvimento que tinha como objetivo principal ampliar a presença do setor industrial em sua economia. Como importante referência, destaca-se o Grupo de Trabalho para o

Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1958, sob o comando intelectual de Celso Furtado, que culminou na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. O GTDN foi um grupo de estudo que atuou no sentido de diagnosticar as fragilidades estruturais da região e, a SUDENE, o órgão necessário para criar e executar políticas públicas para promover o desenvolvimento no Nordeste, o que seria impulsionado por meio da industrialização como forma de diminuir as disparidades regionais. O desenvolvimento da indústria no Nordeste resultou em taxas de crescimento de sua economia diferentes daquelas observadas nas décadas anteriores a 1960 (onde o Centro-Sul crescia a percentuais superiores aos do Nordeste), havendo uma relativa “desconcentração” das atividades econômicas no Sudeste (LIMA, 1994).

Segundo Araújo (1997), a economia da região apresentou um excelente desempenho nos anos de 1960 a 1990, cujas atividades industriais passaram a ser inseridas em seu ambiente econômico, seja através de incentivos fiscais, por investimentos de empresas estatais, por políticas de créditos praticadas pelos principais bancos públicos ou até mesmo através de recursos próprios das empresas locais, nacionais e multinacionais.

A participação do Estado na economia da região Nordeste teve papel significativo em seu processo de desenvolvimento econômico. O setor público atuou intensamente no sentido de impulsionar as atividades, investindo, produzindo e criando infraestrutura econômica e social para a promoção desse crescimento. Para Araújo (1997):

É evidente que o estado patrocinou fortemente o crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, porém, pode-se afirmar que sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas. Direta ou indiretamente, foi o setor público quem puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região nos anos 70 e 80 (Araújo, 1997. p. 5).

Esses investimentos, ocorridos entre 1960 e 1980, resultaram em modificações na estrutura produtiva da região, impulsionando o setor de serviços e o industrial, o que provocou a redução da participação da agropecuária na composição do PIB.<sup>5</sup> O desenvolvimento da atividade industrial na região, permitiu a diversificação da economia e uma melhoria em alguns indicadores socioeconômicos, apresentando uma pequena desconcentração das atividades econômicas no Sudeste.

---

<sup>5</sup> Entre 1965 e 1989, a agropecuária perdeu participação relativa na composição do PIB regional, saindo de 29% para 13,4%. (LIMA, 1993, p. 58).

No entanto, a partir da década de 1990, o processo recente de globalização reforçou os princípios neoliberais em torno da competitividade entre as regiões e, juntamente com a política de estabilização da economia e a redução do Estado como agente econômico, observou-se o enfraquecimento da política regional de desenvolvimento. Os investimentos produtivos passaram a ser alvo de contendas entre os estados e balcão de negócios através das disputas fiscais, mediante a oferta de melhores incentivos para que empresas privadas se instalassem em seus territórios. Segundo Nascimento (2008), essa “guerra fiscal” entre os estados brasileiros se estabeleceu após a Constituição de 1988 que, entre outras mudanças, permitiu maior autonomia fiscal entre os estados e municípios no país. As políticas de incentivo se estabeleceram, em sua maioria, pela redução ou extinção dos impostos que seriam pagos pela empresa privada que viesse a se estabelecer em determinada localidade. Sendo assim, o desenvolvimento regional passou a ocorrer, em maior intensidade, através da “guerra fiscal”.

#### 4.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE E DESIGUALDADES

Embora a economia nordestina tenha passado por um expressivo crescimento do PIB, a partir dos anos de 1960, impulsionado principalmente pelo investimento nas atividades industriais, seu PIB *per capita* não cresceu na mesma proporção. De acordo com Araújo (1997), enquanto o produto interno bruto teve seu valor triplicado (saindo de US\$ 20,8 bilhões em 1970 para US\$ 65,3 bilhões em 1993), o PIB *per capita* apenas dobrou o seu valor, passando de US\$ 740 para US\$ 1.486, no mesmo período. Mesmo que este indicador não seja o mais adequado para se avaliar as condições do desenvolvimento, observa-se a forte concentração de renda na região, o que reforça a discussão debatida no capítulo 1 ao destacar que o crescimento econômico nem sempre resultará em desenvolvimento social.

Em outro estudo, Araújo (2000) destaca que não houve relação linear entre as mudanças nas estruturas produtivas e melhorias de vida da população dos estados. A Paraíba, em 1992, por exemplo, possuía a mais alta taxa de mortalidade infantil e a mais baixa esperança de vida do Nordeste, apresentando, juntamente com os estados do Piauí e Maranhão, as condições sociais mais precárias da região.

A década de 1990, como já foi destacada anteriormente, caracterizou-se pela ausência de políticas regionais e pela falta de efetividade no combate às desigualdades econômicas entre as regiões. Segundo Melo (2014), acreditou-se que a economia voltaria a apresentar maiores níveis de desigualdades regionais nos anos seguintes, mas isso não se verificou no decorrer da

década de 2000, pois a região Nordeste apresentou taxas de crescimento superiores em relação às regiões mais “desenvolvidas” do país.

Nos primeiros anos do século XXI, com a retomada do crescimento da economia, o Nordeste voltou a apresentar um desempenho econômico superior à média brasileira. Segundo Araújo (2014), esse resultado ocorreu devido a retomada das políticas públicas que estimularam a expansão do crédito e do crescimento econômico, resultando numa valorização do salário mínimo, no aumento da renda das famílias e dos empregos formais.

Côelho (2014) destaca que essa melhoria nos indicadores de emprego, renda e produção, decorreu, em sua maioria, de políticas macroeconômicas e de políticas setoriais (com o PAC, Bolsa Família e a Previdência Rural), beneficiando as regiões mais pobres, com a intensa redução da pobreza e um avanço no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, apesar dos progressos recentes nos indicadores socioeconômicos, o Brasil ainda apresenta alta desigualdade regional e forte concentração de renda, fazendo-se necessário a participação do Estado no combate às desigualdades, principalmente no tocante a oferta de serviços públicos eficientes que promovam mais qualidade de vida para a população.

De acordo com Melo (2014), o crescimento verificado na última década está bem mais relacionado às variáveis ligadas à renda, emprego e consumo, do que aquelas relacionadas à produção, educação e produtividade. Para o autor, mesmo que a redução das disparidades regionais tenha sido mais influenciada por políticas de cunho social do que por políticas tipicamente econômicas, a expansão da região, advinda de políticas sociais, pode ter gerado efeitos de retroalimentação. Para o autor,

O ponto que se pretende destacar é que o crescimento recente pode ter gerado importantes efeitos de causação cumulativa, seja em virtude da ampliação do tamanho de mercado, seja por conta da formação de novos ativos tangíveis e intangíveis, abrindo uma janela de oportunidade para mudar a realidade econômica e social da região (MELO, 2014, p. 469).

Apesar do crescimento relativo da região Nordeste, tanto a partir da primeira experiência desenvolvimentista, como no período do novo desenvolvimentismo, esse crescimento ocorreu de forma diferenciada entre os estados devido suas características locais, como será visto na próxima seção. Alguns foram mais beneficiados com políticas públicas e obtiveram maior integração no processo de desenvolvimento regional, enquanto outros, permaneceram à margem do desenvolvimento.

Considerando o histórico de desigualdades, é necessário suprir as dificuldades sociais e econômicas que a região Nordeste enfrenta, principalmente em questões relacionadas à pobreza e às fragilidades econômicas persistentes que podem contribuir na manutenção das desigualdades regionais. Os investimentos em infraestrutura física, a permanente expansão de políticas públicas de educação e saúde e em qualificação profissional, são ações estratégicas para o desenvolvimento da região Nordeste. Assim, as políticas regionais devem considerar o potencial produtivo, aproveitando as vocações naturais e descobrindo outras formas de produção de riqueza, de modo a estimular a capacidade competitiva da região e a geração de emprego e renda sustentáveis.

#### 4.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DOS POLOS PRODUTIVOS

A atuação do Estado no Nordeste em conformidade com as tendências de acumulação privada, a partir da década de 1960, permitiu o desenvolvimento de polos produtivos que captaram a maior parte dos investimentos destinados à região e apresentaram significativa expansão da atividade econômica e da geração de emprego e renda. No entanto, os investimentos realizados na região não ocorreram na mesma intensidade entre os estados que a compõem. Devido as diferenças políticas, econômicas, sociais e geográficas, alguns estados apresentaram melhores desempenhos em suas atividades produtivas (ARAÚJO, 2000).

Os investimentos produtivos fizeram surgir subespaços que foram responsáveis pelo comportamento positivo da economia na região. Essas estruturas, de acordo com a literatura especializada, foram denominadas como "frentes de expansão" ou "polos produtivos." Para Araújo (2000), alguns polos industriais destacaram-se por apresentar estruturas econômicas modernas e ativas, dentre eles: o complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia; o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, no Maranhão; e, o polo têxtil e de confecções em Fortaleza, no Ceará. Em relação aos polos agroindustriais, o de Petrolina/Juazeiro, com a agricultura irrigada; do oeste baiano, que se estendeu ao sul dos estados de Maranhão e Piauí, com a moderna agricultura de grãos; o polo de pecuária intensiva, no agreste Pernambucano; e, o de fruticultura, no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. Alguns estudos apontam que, além

desses citados, há o surgimento de outras frentes de expansão na região, como o polo Cloroquímico, em Alagoas e o Complexo Industrial Integrado de Base, em Sergipe.<sup>6</sup>

De acordo com Lima (1993), os incentivos fiscais proporcionados pela SUDENE, no valor de U\$\$ 6,7 bilhões, no período de 1964 a 1990, foram, em sua maioria, destinados a três estados: Bahia, Ceará e Pernambuco, representando cerca de 63% dos incentivos fiscais da região. O Estado da Paraíba integrou-se pouco nessa fase de crescimento econômico regional e, conseqüentemente, apresentou maiores dificuldades na promoção de seu desenvolvimento econômico e social.

Com exceção do polo de tecnologia de Campina Grande, a Paraíba não apresentou destaque em suas atividades industriais, comparado com os polos dinâmicos dos demais estados, caracterizado pelo baixo dinamismo em relação aos estados mais desenvolvidos. Essa mesma falta de integração ocorreu nos setores da agropecuária e agroindústria.

De acordo com estudo realizado por Araújo (2000), no período de 1970 a 1992, a dinâmica econômica dos estados que compõem a região foi bastante diferenciada. Enquanto alguns apresentaram crescimento mais acelerado, a Paraíba junto com Pernambuco (embora este tenha captado maior volume de recursos) tiveram o crescimento mais lento e diminuíram sua participação relativa na produção do país, perdendo espaço na composição do PIB brasileiro.

No período do novo desenvolvimentismo, a partir da década de 2000, o Nordeste surge novamente na rota das políticas regionais, principalmente, a partir de 2007 com o Programa de Aceleração do Crescimento, que destinou cerca de R\$ 84,4 bilhões para a região, até o ano de 2010<sup>7</sup>. Esses financiamentos, associados aos investimentos privados e a expansão de crédito na região, contribuíram para a modernização e a criação de novos polos produtivos. Os maiores investimentos na região, no período mais recente, mais uma vez concentraram-se nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Nos últimos anos, esses três estados tiveram cerca de R\$ 50 bilhões em investimentos destinados ao Complexo Industrial de Pacém, no Ceará; na Fábrica da Fiat, em Goiana, e no Complexo Industrial e Portuário de Suape, ambos em Pernambuco; e, no polo de Camaçari, na Bahia. Esses estados, tanto na fase do desenvolvimentismo, quanto no

---

<sup>6</sup> LIMA, S. R. R. BARRETO, R. C. S. A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990. *Revistas Nexos Econômicos*. 2015, n. 2, v. 9, p. 70.

<sup>7</sup> DUQUE, W. C. F. A interiorização do PAC como forma de desenvolvimento regional. *Meu Artigo, Economia e Finanças*. Disponível em: <http://meuartigo.brasescola.uol.com.br/economia-financas/a-interiorizacao-pac-como-forma-desenvolvimento-regional.htm>>. Acesso em: 22 set. 2017.

"neodesenvolvimentismo", absorveram os maiores volumes de investimentos destinados à região, enquanto os estados mais pobres atraíram investimentos menores e em setores tradicionais, como a construção civil, calçados e alimentos, que tem um papel importante na expansão do setor de serviços<sup>8</sup>.

A Paraíba, nesta fase mais recente, assim como no “velho desenvolvimentismo”, não apresentou destaque na captação de recursos e em investimentos destinados a expansão da atividade econômica. A economia do estado se restringiu aos resultados indiretos dos grandes investimentos realizados em Pernambuco, principalmente dada a sua proximidade com o município de Goiana. Este atraiu investimentos de grande porte e contribuiu para dinamizar a economia dos municípios ao seu redor, nos quais encontram-se aqueles pertencentes ao Litoral Sul da Paraíba<sup>9</sup>.

No capítulo seguinte iremos observar o comportamento da dinâmica econômica e social do estado nessa fase mais recente do crescimento da economia brasileira e da retomada de investimentos estatais e privados na região.

---

<sup>8</sup> MADEIRO, Carlos. Nordeste ampliou concentração de riqueza em três estados. Uol Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/19/investimentos-no-nordeste-se-concentram-em-ce-ba-e-pe.htm>>. Acesso em: 22 set 2017.

<sup>9</sup> As maiores influências da dinâmica econômica recente do município de Goiana sobre o estado da Paraíba, podem ser destacadas com relação ao setor de serviços e comércio em João Pessoa e nos municípios do litoral sul. Algumas empresas prestadoras de serviços do polo industrial, localizado em Goiana, criaram uma demanda sobre a rede hoteleira para seus funcionários, a exemplo da Jeep, além do fluxo de trabalhadores que se estabeleceu entre essas localidades. Para avaliar os impactos reais, algumas pesquisas vêm sendo desenvolvidas em diferentes áreas, como meio ambiente, economia e trabalho, podendo vir a contribuir para adensar essa discussão em outro momento, já que este não é o objetivo central deste trabalho. Ver: Hemobrás, 2013 e JESUS, C. R.; SALES, A. P. D.; MIRANDA, M. L.; LADOSKY, M. H. G., 2017.

## **5 PARAÍBA E NORDESTE: CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS ANOS 2000**

Os capítulos anteriores procuraram ressaltar os principais elementos do desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente através de políticas desenvolvimentistas, assim como seus impactos na região Nordeste. A partir dessa análise e discussão inicial, o terceiro capítulo tem como principal objetivo observar como o estado da Paraíba integrou-se nessa fase recente do desenvolvimento brasileiro. Para tal, é necessário utilizar análises comparativas com a região Nordeste e com os estados que dela fazem parte, para que possamos observar como o estado comportou-se frente àqueles que possuem, em alguns casos, características semelhantes.

A Paraíba, assim como a maioria dos estados Nordestinos, apresentou bom desempenho de seus indicadores sociais e econômicos nos últimos anos, sobretudo em relação a redução da pobreza, sendo a diminuição da miséria uma das principais mudanças observadas na região nas duas últimas décadas, como diversos estudos destacam. Segundo o Portal ODM (2017), atrás apenas de Pernambuco, a Paraíba foi o estado da região que mais reduziu a parcela da população que sofre fome, de acordo com uma das metas dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, no ano de 2015, foi de 0,709, ocupando a 4ª colocação do Nordeste. No entanto, embora seu IDH tenha apresentado destaque frente às economias nordestinas, deve-se ressaltar que em nível nacional essa posição é muito baixa, ocupando a 19ª posição. Os estados do Nordeste, no geral, apresentam os menores índices de desenvolvimento humano, sendo que quatro entre os nove estados da região, obtiveram os menores IDH's do país: Sergipe (24º), Maranhão (25º), Piauí (26º) e Alagoas (27º) (PORTAL ODM, 2017). Constata-se, assim, como a região ainda enfrenta sérios problemas quando se observa indicadores relacionados a renda, saúde e educação<sup>10</sup>.

Em relação aos dados referentes a educação e instrução, observa-se que mais de 56% da população nordestina não havia completado o ensino fundamental no ano de 2015. Segundo a Tabela 1, o estado da Paraíba, no mesmo ano, posicionava-se acima da média regional, isto é, com sua população relativa detendo um menor nível educacional em comparação com a região. Cerca de 59% da população paraibana não possuía o ensino fundamental completo. Já no ensino

---

<sup>10</sup> RODRIGUES, Mateus. Vulnerabilidade social cai, mas ainda é alta no Nordeste, diz IPEA. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/vulnerabilidade-social-cai-mas-ainda-e-alta-no-norte-e-no-nordeste-diz-ipea.html>>. Acesso em: 11 nov 2017.

superior completo, o estado alcançou uma participação da instrução da população relativamente maior do que a média regional. Aproximadamente 7% da população paraibana está inserida nesse nível educacional, impulsionada pela expansão do ensino superior no interior do estado nos últimos anos, com a construção de novos *campi* pela implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), (ARAÚJO, 2014).

**Tabela 1: Nordeste – População por níveis de instrução (mil pessoas) – 2015, média anual**

	Sem instrução e fundamental incompleto	Ensino fundamental completo e médio incompleto	Ensino médio completo e superior incompleto	Ensino superior completo	Total
<b>Nordeste</b>	<b>29677</b>	<b>7439</b>	<b>12046</b>	<b>3389</b>	<b>52550</b>
Maranhão	3775	981	1321	251	6327
Piauí	1773	416	591	206	2986
Ceará	4531	1353	1934	473	8290
Rio Grande do Norte	1754	436	779	252	3221
Paraíba	2172	452	800	247	3671
Pernambuco	4610	1229	2133	726	8698
Alagoas	1889	431	587	190	3097
Sergipe	1170	298	456	167	2091
Bahia	8004	1843	3445	878	14170

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e IBGE. 2017.

No ano de 2015, o estado da Paraíba ainda apresentava cerca de 17% da sua população não alfabetizada, isto é, sem saber ler e escrever um bilhete simples. Em comparação com o ano de 2002, segundo dados da PNAD, houve uma redução de aproximadamente 10 pontos percentuais, saindo de 27% em 2002, para 17% em 2015. A taxa de alfabetização da Paraíba ainda é inferior à média da região Nordeste que, em 2015, alcançou 83,5%. A Bahia foi o estado nordestino que apresentou a maior taxa de alfabetização, com aproximadamente 85,8% (PNAD, 2015).

Utilizando-se, ainda, dos dados da PNAD (2013), o grau de concentração de renda da população, medido pelo Índice de Gini<sup>11</sup>, no ano de 2013 para o Nordeste, apresentou-se a maior média entre todas as regiões brasileiras, evidenciando o quanto a região mantém

<sup>11</sup> De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Índice de Gini mede o grau de concentração de renda de uma determinada população, representando o contraste entre os rendimentos dos mais pobres com os rendimentos dos mais ricos. Seu resultado varia de zero a um, caso seu valor seja zero, significa uma situação de igualdade, em que todos detêm a mesma renda.

concentrada a renda nas mãos de uma pequena parcela da população. A Paraíba obteve esse índice no valor de 0,514, abaixo da média nordestina que foi 0,519. No entanto, em comparação com o ano de 2010, o estado apresentava o segundo menor índice da região. Já em 2013, passou a ocupar a sexta colocação, isto é, ao longo de três anos o ritmo de desconcentração da renda no estado diminuiu.

Conforme as informações discutidas anteriormente, pode-se observar algumas características sociais da região Nordeste e, especialmente, do estado da Paraíba que, neste caso, não demonstrou muito destaque em comparação com o restante da região. Com baixo nível de instrução, um número relativamente alto de sua população vivendo em situação de pobreza e com alta concentração de renda, a Paraíba ainda enfrenta sérios problemas sociais e econômicos. As seções seguintes abordarão mais a fundo as questões econômicas do estado, a fim de analisar sua posição frente aos demais estados.

## 5.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E CONSERVADORISMO

A economia paraibana, em termos do valor agregado do Produto Interno Bruto (PIB), apresentou um valor acumulado de R\$ 52.936.483,00 no ano de 2014, sendo o sexto estado com maior PIB da região, ficando à frente do Piauí, Sergipe e Alagoas, conforme os dados da Tabela 2. Em comparação com o ano de 2002, o estado manteve-se na mesma posição no ranking de PIB's estaduais no Nordeste. Contudo, seu crescimento mais intenso que o do Rio Grande do Norte, permitiu uma aproximação de seu PIB para com o estado vizinho, o qual apresenta um valor de R\$ 54.022.584,00, no mesmo ano. A economia baiana detém o maior valor agregado entre os estados da região, com seu PIB ultrapassando os R\$ 220 bilhões, seguido por Pernambuco e Ceará. Enquanto Sergipe aparece com o menor PIB do Nordeste, com apenas R\$ 37.472.432,00.

O PIB da região Nordeste teve uma expansão bastante expressiva no decorrer da década de 2000, especialmente a partir de 2002 com o cenário favorável para uma fase de retomada do crescimento econômico brasileiro. Durante o período de 2002 a 2014, a região apresentou um crescimento real do PIB de aproximadamente 77%. De acordo com o Gráfico 1, os estados do Piauí e Maranhão foram os que apresentaram as maiores taxas e, embora sejam economias com menor expressão econômica no Nordeste, em doze anos, conseguiram duplicar os valores de suas produções, apresentando destaque e impulsionando o crescimento da região. Por outro lado, Alagoas e Sergipe obtiveram as menores taxas, com 52% e 55%, respectivamente.

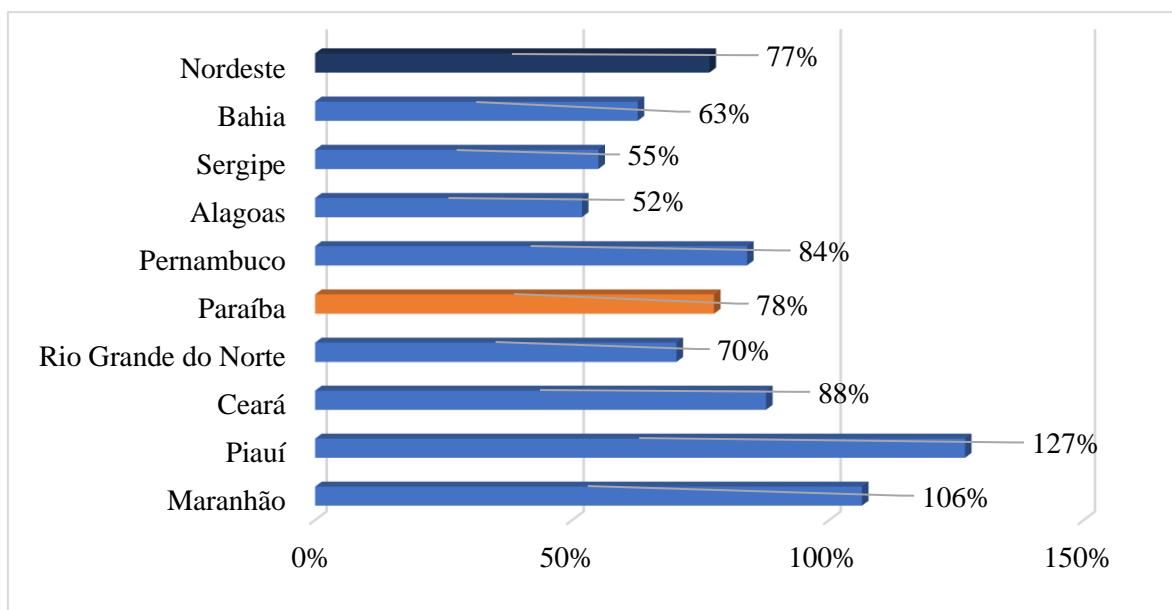
**Tabela 2: Nordeste – PIB a preços constantes, por estado (2002/2008/2014)**

	2002	2008	2014
Nordeste	R\$ 455.612.742,35	R\$ 561.013.320,99	R\$ 805.099.103,00
Maranhão	R\$ 37.235.134,49	R\$ 52.402.087,44	R\$ 76.842.028,00
Piauí	R\$ 16.654.874,54	R\$ 22.384.262,39	R\$ 37.723.497,00
Ceará	R\$ 67.153.332,60	R\$ 83.461.685,12	R\$ 126.054.472,00
Rio Grande do Norte	R\$ 31.723.288,06	R\$ 39.922.612,56	R\$ 54.022.584,00
<b>Paraíba</b>	<b>R\$ 29.806.389,84</b>	<b>R\$ 37.146.863,40</b>	<b>R\$ 52.936.483,00</b>
Pernambuco	R\$ 84.309.906,29	R\$ 97.274.024,16	R\$ 155.142.648,00
Alagoas	R\$ 26.976.651,10	R\$ 30.754.464,99	R\$ 40.974.994,00
Sergipe	R\$ 24.160.495,55	R\$ 29.588.627,60	R\$ 37.472.432,00
Bahia	R\$ 137.592.672,21	R\$ 168.078.694,71	R\$ 223.929.966,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017.

Os estados de Pernambuco e Ceará apresentaram um crescimento acumulado acima da média do Nordeste, com 84% e 88%, respectivamente. E, embora a Bahia seja o estado que concentra a maior parte da riqueza gerada na região, seu crescimento acumulado foi inferior à média nordestina, registrando aumento de 63%. A Paraíba apresentou uma expansão de aproximadamente 78%, sendo o quinto estado com maior crescimento do PIB registrado na região.

**Gráfico 1: Nordeste – Crescimento real do PIB, por estados de 2002 a 2014 (em %)**



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017.

Em relação a sua participação na composição do PIB setorial da região, constata-se que a Paraíba não conseguiu aumentar sua posição relativa em nenhum setor da atividade econômica. Durante o período de 2002 a 2014, o estado manteve sua participação de apenas 4% no setor agropecuário, 6% no setor industrial e 7% no setor de serviços. Por outro lado, o mesmo não se observa nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, os quais conseguiram expandir, relativamente, suas participações na composição setorial da região. A Bahia, embora tenha reduzido sua participação no setor agropecuário e no setor de serviços, ainda é o estado que mais concentra riqueza nos três setores da atividade econômica analisados.

**Tabela 3: Nordeste – Participação dos estados na composição setorial do PIB regional (2002/2014)**

	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2002	2014	2002	2014	2002	2014
Maranhão	11%	16%	7%	9%	9%	9%
Piauí	2%	6%	2%	4%	4%	5%
Ceará	11%	13%	14%	15%	15%	16%
Rio Grande do Norte	3%	3%	9%	8%	7%	7%
<b>Paraíba</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>
Pernambuco	11%	10%	18%	18%	19%	20%
Alagoas	15%	9%	6%	4%	5%	5%
Sergipe	4%	4%	8%	6%	5%	4%
Bahia	39%	35%	30%	30%	28%	27%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE.

Quanto a concentração da riqueza gerada, no ano de 2014, três estados detinham cerca de 63% do PIB regional, Bahia (28%), Pernambuco (19%) e Ceará (16%). Em comparação com o ano de 2002, não houve variação nessa composição, mostrando que, no decorrer do período analisado, embora alguns estados tenham apresentado crescimento bastante expressivo do PIB, não se observou uma desconcentração das atividades produtivas, assim como do PIB. Conforme a Tabela 4, o estado da Bahia reduziu sua participação no PIB regional em aproximadamente 2 pontos percentuais, o que foi compensado pelo aumento da participação do Maranhão.

A Paraíba, embora tenha apresentado um crescimento do PIB acima da média nordestina, não conseguiu aumentar sua participação relativa na composição do PIB regional, reforçando o fato de que o estado integrou-se pouco na fase de expansão das atividades econômicas da região, sem receber grandes volumes de investimentos que impulsionassem e dinamizassem a estrutura da economia local. Enquanto os três estados citados concentravam

cerca de 63% da riqueza no Nordeste, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Piauí, detinham, aproximadamente, 29% do PIB regional.

**Tabela 4: Nordeste – Participação dos estados na composição do PIB regional (2002/2014 - %)**

<b>Estados</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>
Maranhão	8%	10%
Piauí	4%	5%
Ceará	15%	16%
Rio Grande do Norte	7%	7%
Paraíba	7%	7%
Pernambuco	19%	19%
Alagoas	6%	5%
Sergipe	5%	5%
Bahia	30%	28%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017.

O Índice de Gini para o PIB, que mede a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto do PIB dos municípios, manteve-se praticamente constante em todo o período analisado. Variando entre zero e um, este indicador demonstra que quanto mais próximo de um, mais desigual é sua distribuição. Quanto mais próximo de zero, menos desigual ela é. No Nordeste esse índice chegou a 0,79701 no ano de 2014. Durante o período de 2002 a 2014, somente os estados do Maranhão e Piauí reduziram a desigualdade local. Assim como nos dados destacados na Tabela 4, as informações acerca do índice de Gini para o PIB reforçam a ideia de que não houve, ao longo da análise, uma redistribuição das atividades produtivas e econômicas no Nordeste de modo a promover a desconcentração econômica.

O PIB *per capita* do Nordeste apresenta o menor valor entre as regiões brasileiras, com apenas R\$ 14.329,13, conforme observa-se na Tabela 5. Mesmo Sergipe apresentando o menor PIB da região no ano de 2014, como discutido anteriormente com base na Tabela 2, o estado apresentou o maior PIB *per capita* regional (R\$ 16.882,71), seguido por Pernambuco (R\$ 16.722,05) e Rio Grande do Norte (R\$ 15.849,33). A Paraíba, por sua vez, ocupa a sexta posição na região quando se observa os valores da Produção Interna Bruta por habitante, com um valor de R\$ 13.422,42, seu PIB *per capita* mantém-se abaixo da média nordestina e bem inferior à média brasileira que, no mesmo ano, foi de R\$ 28.500,24. Neste caso, o valor que o estado alcançou representa menos de 50% da média do Brasil, com o quarto menor valor entre todos

os estados brasileiros, ficando à frente apenas do Maranhão, Piauí e de Alagoas, considerando todos os estados que compõem a região Nordeste.

Em termos reais, o crescimento do estado paraibano, nos anos de 2002 a 2014, foi de aproximadamente 48%, acima da média regional, cujo crescimento foi de 45%. Os estados do Piauí e Maranhão, embora detenham o menor PIB *per capita* do Nordeste em 2014, apresentaram as maiores taxas de crescimento durante o período analisado, com 94% e 65%, respectivamente.

Esse indicador, embora seja uma simples divisão do PIB pelo número total de habitantes, e, portanto, não sendo o mais adequado para se medir a qualidade de vida, torna-se necessário na análise socioeconômica desses estados, pois permite, mesmo que de forma estatística, a análise geral da geração de renda local. No entanto, esse indicador não leva em conta o nível de distribuição de renda efetivo, pois, mesmo havendo um crescimento expressivo de seus valores, pode ocorrer uma concentração de renda, cujo indicador não é capaz de mensurar.

**Tabela 5: Nordeste – PIB *per capita* por estado (2002/2014), em valores reais**

	2002	2014
Nordeste	R\$ 9.891,14	R\$ 14.329,13
Maranhão	R\$ 6.794,23	R\$ 11.216,37
Piauí	R\$ 6.100,94	R\$ 11.808,08
Ceará	R\$ 9.279,37	R\$ 14.255,05
Rio Grande do Norte	R\$ 11.773,02	R\$ 15.849,33
Paraíba	R\$ 9.068,75	R\$ 13.422,42
Pernambuco	R\$ 11.064,94	R\$ 16.722,05
Alagoas	R\$ 9.905,89	R\$ 12.335,44
Sergipe	R\$ 13.822,67	R\$ 16.882,71
Bahia	R\$ 10.969,25	R\$ 14.803,95

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017.

Ao analisarmos dados referentes às informações econômicas desses estados, percebe-se que a Paraíba não apresentou destaque frente às economias que, teoricamente, trazem características semelhantes. Com um crescimento do PIB equivalente a média regional, o estado não conseguiu reverter, ao longo de doze anos, sua baixa participação na economia da região, nem tampouco promover de forma expressiva o aumento na renda de sua população, como observa-se inicialmente com a evolução do PIB *per capita* e, mais adiante, na análise de dados acerca dos salários e rendimentos.

## 5.2 EMPREGO E RENDA NO CENÁRIO ATUAL

A região nordeste apresentou um crescimento no número de vínculos ativos formais no período de 2002 a 2015 de aproximadamente 83%. O estado do Maranhão liderou essa expansão do emprego formal, com mais de 119% durante o período analisado, seguido dos estados do Piauí e Ceará, ambos com 94%, conforme podemos observar na Tabela 6. A Paraíba, por sua vez, embora tenha obtido uma variação positiva de 78%, manteve-se abaixo da média da região, ocupando a 5º posição entre os estados que apresentaram maior expansão do emprego formal no período analisado.

**Tabela 6: Nordeste – Crescimento percentual do número de vínculos ativos na região, por estados (2002/2015 - %)**

<b>Estados</b>	<b>2002 - 2008</b>	<b>2008 - 2015</b>	<b>2002 - 2015</b>
<b>Nordeste</b>	<b>43%</b>	<b>28%</b>	<b>83%</b>
Maranhão	64%	34%	119%
Piauí	42%	37%	94%
Ceará	42%	37%	94%
Rio Grande do Norte	62%	18%	91%
<b>Paraíba</b>	<b>37%</b>	<b>30%</b>	<b>78%</b>
Pernambuco	39%	28%	77%
Alagoas	36%	20%	63%
Sergipe	33%	27%	69%
Bahia	42%	24%	77%

Fonte: MTE. RAIS/CAGED. Elaboração própria. 2017.

Quanto a composição do emprego formal, no ano de 2015, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, juntos, concentraram cerca de 62% de todos os vínculos ativos do Nordeste. Durante o período analisado, de 2002 a 2015, essa composição se manteve com a mesma proporção. Enquanto isso, os outros seis estados detinham menos de 38% do emprego formal. As informações disponíveis mostram quanto o crescimento econômico do Nordeste, a partir da década de 1970, favoreceu em maior intensidade esse primeiro grupo de estados. Sergipe foi o estado que apresentou a menor participação, uma vez que possui a menor população e também o mais baixo PIB da região.

Observa-se que, em todos os estados do Nordeste, esse crescimento deu-se de forma mais acentuada no período de 2002 a 2008, fase em que se observou a retomada do crescimento da economia brasileira com a elevação do PIB e, conseqüentemente, do emprego formal. Nos

anos mais recentes, entre 2008 e 2015, de acordo com a Tabela 6, esse crescimento ocorreu com menor intensidade, mesmo com o redirecionamento de investimentos para a região através do PAC I e II<sup>12</sup>.

Quando analisamos a estrutura ocupacional da região, evidencia-se que no ano de 2015, os estados da Paraíba, Maranhão, Piauí e Alagoas, concentraram o emprego formal na administração pública, com 38%, 37%, 34% e 31%, respectivamente. Essa dependência do setor público na formalização do mercado de trabalho pode ser um reflexo da fraca capacidade produtiva desses estados na geração de emprego e renda em outros setores. A expansão no número de vínculos ativos foi fortemente impulsionada pelo setor de serviços, comércio e construção civil, os quais apresentaram um aumento relativo na participação do emprego formal da região.

**Tabela 7: Paraíba – Emprego formal por setor de atividade (2002/2015), nº absoluto**

Setor de atividade	2002	2015
Extrativa mineral	1233	1374
Indústria de transformação	48246	77914
Serviços industriais de utilidade pública	7569	7750
Construção Civil	15011	36506
Comércio	42837	106921
Serviços	76031	169531
Administração Pública	172152	253990
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	12458	13044
Total	375537	667030

Fonte: MTE. RAIS/CAGED. 2017.

Em relação aos rendimentos médios dos vínculos formais no Nordeste, o estado da Paraíba apresentou o menor valor entre todos os estados nordestinos, com apenas R\$ 1.799,55. Enquanto Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte apresentaram os maiores rendimentos, conforme pode-se observar na Tabela 7. Quanto ao crescimento real desses rendimentos, o estado do Piauí obteve, aproximadamente, 46%, seguido pelo Rio Grande do Norte (42%) e pela Paraíba (35%). Os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, que concentram a maior parte

<sup>12</sup> DUQUE, W. C. F. A interiorização do PAC como forma de desenvolvimento regional. Meu Artigo, Economia e Finanças. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/economia-financas/a-interiorizacao-pac-como-forma-desenvolvimento-regional.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

da riqueza gerada na região, tiveram esse crescimento inferior à média nordestina, com 26%, 28% e 29%, respectivamente.

**Tabela 8: Nordeste -Evolução do rendimento médio real, por estados  
(2002/2005/2008/2012/2015) – Mil R\$**

Estados	2002	2005	2008	2012	2015
Nordeste	1.505,01	1.396,74	1.537,31	1.831,44	1.963,84
Maranhão	1.476,41	1.341,95	1.514,60	1.818,17	1.958,55
Piauí	1.337,75	1.300,11	1.508,33	1.773,65	1.951,72
Ceará	1.446,02	1.297,07	1.412,62	1.693,91	1.846,14
Rio Grande do Norte	1.410,27	1.369,98	1.581,63	1.911,63	2.007,60
<b>Paraíba</b>	<b>1.337,30</b>	<b>1.279,82</b>	<b>1.374,65</b>	<b>1.681,40</b>	<b>1.799,55</b>
Pernambuco	1.585,76	1.395,92	1.534,69	1.873,66	1.991,55
Alagoas	1.376,52	1.289,08	1.454,01	1.688,04	1.817,67
Sergipe	1.622,71	1.585,85	1.750,66	2.127,34	2.123,52
Bahia	1.600,25	1.515,56	1.641,69	1.902,82	2.066,52

Fonte: MTE. RAIS/CAGED. Elaboração própria. 2017.

Ao confrontarmos os dados obtidos na RAIS, referente aos vínculos formais, com dados adquiridos da PNAD trimestral que incluem as ocupações informais, observa-se a disparidade entre os valores analisados. Enquanto no ano de 2015 a média da região era de, aproximadamente, R\$ 1.963,00, considerando os dados da RAIS, na PNAD, segundo a Tabela 8, esse valor foi de apenas R\$ 1.353,00, no mesmo ano. Sergipe continua sendo o estado com maior rendimento médio, com aproximadamente R\$ 1.573,00, seguido de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ao incluir as ocupações informais na análise, essa diferença de rendimentos termina por ser exposta como reflexo das precárias ocupações do mercado de trabalho com menores rendimentos, maior instabilidade e com a ausência de direitos sociais e trabalhistas.

**Tabela 9: Nordeste - Evolução do rendimento médio real, por estados, média anual\* (2012-2015) – Mil R\$**

	2012	2013	2014	2015
Nordeste	1.334,25	1.388,00	1.420,25	1.388,25
Maranhão	1.081,25	1.109,25	1.046,00	1.069,50
Piauí	1.120,00	1.212,25	1.244,75	1.242,50
Ceará	1.300,50	1.376,75	1.355,25	1.342,00
Rio Grande do Norte	1.362,25	1.413,50	1.463,00	1.523,00
<b>Paraíba</b>	<b>1.208,00</b>	<b>1.255,00</b>	<b>1.370,25</b>	<b>1.378,25</b>
Pernambuco	1.697,25	1.791,50	1.872,25	1.647,25
Alagoas	1.270,75	1.306,00	1.366,75	1.394,50
Sergipe	1.472,75	1.545,75	1.671,25	1.539,75
Bahia	1.302,75	1.328,50	1.364,25	1.371,25

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Elaboração própria. 2017.

Nota:

\* Apesar do PNAD trazer informações trimestrais, para representar os valores anuais, utilizou-se de uma média aritmética simples entre os trimestres de cada ano.

O mercado de trabalho paraibano, assim como sua economia, não se destacou nos indicadores analisados, quando comparado aos demais estados da região. A geração de emprego formal no estado manteve-se, ao longo do período analisado, abaixo da média regional, embora, nos anos mais recentes entre 2008 e 2015, a formalização do mercado de trabalho na Paraíba manteve-se levemente acima do observado na região, resultado que ainda não foi suficiente para diminuir as disparidades regionais no quesito do emprego. Além disso, observa-se no estado da Paraíba a menor remuneração média entre todos os estados do Nordeste, de acordo com os dados coletados na RAIS, dificultando assim, o aumento na renda e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida de sua população.

### 5.3 QUAIS AÇÕES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DA PARAÍBA?

O estado da Paraíba, no período recente de crescimento econômico brasileiro e, conseqüentemente, da região Nordeste, não se destacou em seus indicadores econômicos e de mercado de trabalho. No decorrer dos anos 2002 a 2015, o estado manteve-se sem muita mudança estrutural em sua economia e na composição do emprego. Como já relatado anteriormente, a economia paraibana foi impulsionada pelos investimentos realizados no estado de Pernambuco, captando de forma indireta os efeitos do crescimento do estado vizinho.

Nas economias periféricas, como é o caso da Paraíba e de alguns estados nordestinos, a atuação do Estado torna-se indispensável como forma de viabilizar as condições necessárias para diminuir as disparidades existentes entre as regiões. O governo federal atuou no Nordeste, conforme relatado nos capítulos anteriores, principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento. No entanto, nos anos de 2007 a 2010, a maior parte desses recursos foram destinados aos estados de maiores PIB's e que detém maior "força" política nas decisões governamentais, como observa-se na Tabela 10. Os três maiores estados do Nordeste concentraram cerca de 65,1% dos investimentos do PAC. Pernambuco foi o estado que captou a maior parte desses recursos direcionados ao Nordeste (23,5%), enquanto a Paraíba deteve apenas 6,9%.

**Tabela 10: Distribuição dos Investimentos do PAC no Nordeste (%), 2007 - 2010**

Estado	Logística	Energia	Social e Urbano	Total
Maranhão	3,1	11,9	6,7	7,8
Piauí	18	4,9	4,7	8
Ceará	17,5	15	15,8	15,9
Rio Grande do Norte	2,5	9,8	10,2	8,2
Paraíba	2,9	2,2	15,1	6,9
Pernambuco	22,4	24,8	22,8	23,5
Alagoas	3,1	2,7	4,8	3,5
Sergipe	2,2	7,5	3,6	4,8
Bahia	28,5	21,2	16,6	21,4
Nordeste = 116 bi	100	100	100	100

Fonte: PAC – Presidência da República, com base no relatório elaborado pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. 2013.

Desse modo, se a economia paraibana foi pouco impulsionada pelos recursos estatais na fase recente, comparado aos estados mais dinâmicos, é possível que os efeitos indiretos dos investimentos realizados em Pernambuco tenham contribuído para a expansão da atividade produtiva na Paraíba, especialmente no Litoral Sul do estado, devido a sua proximidade com o município de Goiana, que, nos últimos anos, captou uma série de investimentos de grande porte, como a instauração do polo automotivo, do polo vidreiro e do polo farmoquímico e de

biotecnologia<sup>13</sup>. A atuação de grandes indústrias em Goiana permitiu a instalação de empresas no Litoral Sul da Paraíba<sup>14</sup> que servem de complementares para a atividade industrial goianense.

A criação do Polo Cimenteiro no Litoral Sul da Paraíba, anunciado em 2014, com investimentos estimados em cerca de R\$ 2,6 bilhões, criou a expectativa para que nos próximos anos a Paraíba se tornasse o segundo maior produtor de cimento do país<sup>15</sup>, além de anunciar a geração de aproximadamente 6.600 postos de trabalhos, desde a fase de construção civil até o início de suas operações. No entanto, a crise econômica brasileira, sobretudo nos anos de 2015 e 2016, atuou no sentido de postergar a ampliação do Polo Cimenteiro no estado. Segundo o Jornal da Paraíba (2016), das quatro fábricas que iriam se instalar na microrregião do Litoral Sul, apenas duas iniciaram as obras e já estão em funcionamento, as demais ainda acompanham o comportamento da economia brasileira e discutem a viabilidade de instalar-se no estado. Com isso, a Paraíba ainda não conseguiu atingir a meta de ocupar a segunda maior produção de cimento do país.

Além dos investimentos realizados na microrregião do Litoral Sul do estado, em 2017 foi anunciado pelo Governo Federal a aprovação de R\$ 2,8 bilhões para a construção do estaleiro no município de Lucena, localizado no Litoral Norte (ESTADÃO, 2017). Esse estaleiro tem por objetivo o reparo de navios de médio e grande porte de toda a América do Sul. Estima-se que esse investimento poderá gerar cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos no estado, desde a etapa da construção civil até sua fase operacional.

Segundo a Revista Mineração (2017), o município de Pedra Branca, localizado na microrregião de Itaporanga, no sertão da Paraíba, deverá receber cerca de U\$ 300 milhões em investimentos de duas empresas de mineração para a exploração de minério de ferro. Com a atuação da empresa, espera-se gerar cerca de 1100 empregos na região, contribuindo para o aumento da renda da população e para a diversificação da economia local, já que Pedra Branca é um município com menos de cinco mil habitantes e, naturalmente, apresenta dificuldades para geração de riqueza na região.

O município de Campina Grande, que detém a segunda maior produção do estado, atrás apenas da capital João Pessoa, detém um dos principais polos tecnológicos do Nordeste,

---

<sup>13</sup> Segundo ANJOS et al. (2017), na segunda metade da década de 2000, o município de Goiana atraiu para sua economia grandes investimentos industriais que contribuíram para expansão da atividade econômica. Seu PIB apresentou um crescimento real de aproximadamente 187% no decorrer de 10 anos, contribuindo para expansão do mercado de trabalho, com a geração de vínculos formais, e para a elevação da renda média da população.

<sup>14</sup> A microrregião do Litoral Sul da Paraíba é composta pelos municípios de Pitimbu, Alhandra, Caaporã e Pedras de Fogo.

<sup>15</sup> De acordo com o Governo da Paraíba (2014), até 2014 o estado produzia cerca de 2,5 milhões de toneladas de cimento anualmente. Com a instalação do Polo Cimenteiro, estima-se que o estado teria capacidade para produzir cerca de 100 milhões de toneladas por ano, ou seja, elevando a capacidade de produção em 400%.

destacando-se em projetos na área de geoprocessamento, biotecnologia, produção de software e no setor eletroeletrônico. Como forma de atrair empresas de produção de software, o município oferece isenção de 50% nos Impostos Sobre Serviços (ISS). Ao mesmo tempo que estimula o desenvolvimento de novas empresas, atua no sentido de absorver a mão-de-obra qualificada que é gerada internamente. Cerca de 70% das empresas do Parque Tecnológico da Paraíba estão localizadas em Campina Grande.

Quanto aos investimentos do PAC, no período de 2015 a 2018, a Paraíba registrará um total de R\$ 8,52 bilhões a serem investidos no estado, tanto em obras exclusivamente estaduais, como a nível regional. Conforme a Tabela 11, o maior volume de investimento no estado está destinado aos eixos de infraestrutura social e urbana, totalizando aproximadamente R\$ 6,8 bilhões até 2018.

**Tabela 11: Paraíba - Investimento total do PAC (2015 a 2018 e Pós 2018), Milhões - R\$**

	Logística	Energia	Social e Urbana	Total
2015 a 2018	652,68	715,03	1.607,93	2.975,63
Pós 2018	898,42	103,04	1.414,53	2.415,99
2015 a 2018*	109,58	270,95	5.158,90	5.539,42
Pós 2018*	40	2	143,34	185,34

Fonte: Cartilha Estadual – Paraíba (5 Balanço do PAC, 2015-2018)

\* Investimentos a nível regional, isto é, abrangendo outros estados além da Paraíba.

Segundo a Cartilha Estadual do PAC (2015), no eixo de infraestrutura social e urbana, a maior parte dos recursos está destinado a obras que visam o combate à seca, em projetos ligados à infraestrutura e abastecimento, integração de bacias, irrigação e a segurança da infraestrutura hídrica existente. Em Logística, destacam-se os investimentos em rodovias, com projetos de adequação, duplicação, manutenção e sinalização, e no porto de Cabedelo com estudos e projetos de dragagem e derrocamento. Já no eixo energético, destacam-se os projetos de geração e transmissão de energia elétrica.

De acordo com o Governo do Brasil (2017), por meio do Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a Paraíba recebeu, em 2017, R\$ 11 milhões em projetos de agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), beneficiando aproximadamente 1500 produtores do estado. O governo paraibano, no ano anterior, destinou cerca de R\$ 1 milhão também em projetos de agricultura familiar, principalmente, na região do semiárido, contribuindo para geração de renda da população rural, e para o incentivo da agricultura familiar no estado (PARAÍBA, 2016).

A nível estadual, em 2017 o governo anunciou o programa “Mais Trabalho” que visa destinar um volume de recursos de R\$ 572 milhões em obras de infraestrutura. Aproximadamente metade desses recursos serão destinados a obras de recursos hídricos, como a construção, revitalização e a recuperação de barragens, beneficiando cerca de 150 mil pessoas, de 19 municípios, que atualmente sofrem com a falta de abastecimento de água na região. Além disso, investimentos em infraestrutura viária, do Porto de Cabedelo e mais de R\$ 145 milhões destinados à educação, contemplando a construção e a reforma de escolas.

A Paraíba, portanto, apresenta atualmente alguns projetos que visam a promoção do crescimento econômico e da geração de emprego e renda, principalmente na região litorânea, com o Polo Cimenteiro e com a construção do Estaleiro, que poderão contribuir para o desenvolvimento e para dinamizar a economia local quando estiverem em operação. Os investimentos do PAC, assim como os de origem do governo estadual, concentram-se em infraestrutura urbana e social, no combate à seca, com a promessa de mudar a vida da população do estado.

Esses investimentos, se concretizados, poderiam afetar diretamente a estrutura produtiva local, intensificando a atividade industrial e extrativa, e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento de outros setores, principalmente, aqueles relacionados aos serviços, que tendem a absorver a maior parte da mão-de-obra local. A diversificação e dinamização das atividades produtivas do estado poderiam contribuir para o seu crescimento econômico, de forma que fosse possível observar o aumento da participação do estado na composição do PIB regional.

O planejamento econômico da Paraíba, considerando as informações divulgadas pelo governo do estado, apresenta-se direcionado a investimentos que visam enfrentar inicialmente algumas dificuldades estruturais, como: o combate a escassez hídrica; o planejamento logístico; e, as questões educacionais. Esses investimentos poderão contribuir para que futuramente o estado apresente algum destaque e a superação de alguns indicadores analisados nas seções deste capítulo.

Assim como no antigo modelo desenvolvimentista, é possível assinalar que, devido às características políticas, econômicas e sociais, a promoção do crescimento econômico em economias periféricas como o estado da Paraíba continua a depender, sobretudo, de recursos estatais e da disputa política na atração dos investimentos. O estado que detém maior força política e econômica acaba em vantagem na captação de recursos financeiros frente às unidades federativas menores que ainda apresentam dificuldades na infraestrutura produtiva,

na base política e na formação de uma classe dominante que busca atender as necessidades locais, mesmo que isso ocorra por meio do corporativismo político.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira passou por diferentes etapas de desenvolvimento a partir da década de 1930 com a adoção de estratégias desenvolvimentistas que impulsionaram o processo de industrialização no país e, conseqüentemente o seu crescimento econômico. A região Nordeste passou a ser inserida no plano de desenvolvimento regional a partir de 1960, principalmente com a criação do GTDN e da SUDENE, que redirecionaram investimentos estatais e privados para a região, como forma de diminuir o hiato de desigualdade existente entre o Nordeste e as regiões “Centro-Sul”.

No entanto, os investimentos na região não se deram na mesma intensidade entre todos os estados. Alguns apresentaram maiores capacidades de captação de recursos, a exemplo da Bahia, Pernambuco e Ceará, que lideraram o crescimento econômico da região, até meados da década de 1980, enquanto estados menores, como a Paraíba, integraram-se pouco nesse processo e apresentaram maiores dificuldades de reverter as dificuldades socioeconômicas locais.

Na fase mais recente, especialmente a partir dos anos 2000, no geral o Nordeste apresentou um bom desempenho de seus indicadores sociais, principalmente na redução da pobreza e nos indicadores econômicos e de mercado de trabalho. Embora não seja considerado um plano de desenvolvimento regional, o PAC atuou no Nordeste no sentido de impulsionar a economia da região e ampliar a infraestrutura necessária para atração de outros investimentos. Entretanto, assim como na etapa anterior, houve a concentração dos investimentos nos estados que detém os maiores PIB's da região.

Com o apoio das políticas sociais e de transferência de renda, a Paraíba foi o segundo estado da região que mais reduziu o número de pessoas extremamente pobres, porém esse bom desempenho não se repetiu nos indicadores educacionais. Em 2015, o estado ainda apresentava cerca de 59% de sua população sem o ensino fundamental completo. Esse baixo nível educacional, naturalmente, acaba refletindo no nível e na qualidade das ocupações geradas, e conseqüentemente, em baixos rendimentos. Vale lembrar que a Paraíba apresenta o menor rendimento de vínculos formais do Nordeste.

Quanto às questões econômicas, o estado praticamente não apresentou nenhum destaque nos indicadores observados, com um PIB *per capita* abaixo da média regional e com o 4º menor PIB da região. A participação relativa no PIB nordestino manteve-se a mesma no decorrer de 13 anos, assim como a distribuição dos setores de atividade econômica, expondo a presença marcante do setor de serviços.

Os investimentos anunciados nos últimos anos, com a suposta capacidade de dinamizar a economia local e promover milhares de postos de trabalho em municípios pequenos, se efetivados, deveriam ser acompanhados do fortalecimento das políticas públicas e sociais como ações permanentes no combate à pobreza, elevação dos níveis de educação e qualificação profissional da população. Por outro lado, as oportunidades produtivas geradas devem aproveitar as potencialidades locais de desenvolvimento nos diferentes setores econômicos, em um processo contínuo de aprendizado com as adversidades da política, da economia e das condições naturais do semiárido que marca a economia de grande parte dos municípios paraibanos. Assim, seria possível pensar o crescimento do estado associado ao desenvolvimento econômico e social com a promoção de mais qualidade de vida para a população.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória – ES, 2015. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_alexandre\\_black\\_albuquerque\\_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf). Acesso em: 12 dez 2017.

ANJOS, R. L. PINTO, A. L. M. S. CARVALHO. R. G. **Desenvolvimento econômico e (re)configuração do trabalho no município de Goiana-PE**. ANAIS do XV Encontro Nacional da ABET, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnNDhiel95dkJ4Q1k/view> Acesso em: 15 nov 2017.

ANJOS, R. L. **Dinâmica do emprego formal no estado da Paraíba (2002-2015)**. ANAIS do XV Encontro Nacional da ABET, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnajR4ZHhGRnhLVU0/view> Acesso em: 06 out 2017.

ARAUJO, Tania Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Estudos Avançados, São Paulo – SP. v. 11, n. 29, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8971>. Acesso em: 10 jul 2017.

ARAUJO, Tania Bacelar. **Nordeste, Nordeste: que Nordeste?** Fundação Joaquim Nabuco, 2000. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414). Acesso em: 10 jul 2017.

ARAUJO, Tania Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. Paulo Ferraz Guimarães et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. **A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil**. *Caderno CRH*. [online]. 2013, v. 26, n. 68, p. 273-292. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792013000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 02 mar. 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. *Economia e Sociedade*, Campinas-SP, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. MUSSI, Carlos. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. v. 1, p. 137-210, 2013.

BRASIL. Governo do Brasil. **Governo investe R\$ 11 milhões na agricultura familiar.** Infraestrutura, 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/01/governo-investe-r-11-milhoes-na-agricultura-familiar-1>>. Acesso em: 22 nov 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC, Publicações Regionais: Cartilha Estadual - Paraíba (5º Balanço do PAC 2015-2018).** Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>>. Acesso em: 15 nov 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatísticas RAIS e CAGED.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgaged/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 21 (1), p. 3-23, 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.** *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo. Fundação Seade, v. 20, n 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo\\_Desenvolv-SEADE.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo_Desenvolv-SEADE.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2017a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento econômico, sofisticação produtiva e valor-trabalho.** FGV-EESP, São Paulo, Texto para discussão 450. Mar. 2017.

CARNEIRO, Ricardo. **Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 153, nov. 2008. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1783&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1783&tp=a)>. Acesso em: 29 set. 2017

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out. 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996

COELHO, Vitarque Lucas Paes. A política regional do governo Lula (2003-2010). Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antônio Brandão (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro, Ipea, 2017.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001. p. 12.

DUQUE, W. C. F. **A interiorização do PAC como forma de desenvolvimento regional. Meu Artigo, Economia e Finanças.** Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/economia-financas/a-interiorizacao-pac-como-forma-desenvolvimento-regional.htm>>. Acesso em: 22 set. 2017.

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia. **Análise Participativa da Realidade Socioambiental de Goiana – PE. Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia.** Recife: Hemobrás, 2013

FIEP, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Desigualdades Regionais**. 2013. Disponível em: <<http://www.fiepb.com.br/telas/index/id/147>>. Acesso em: 15 nov 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Pesquisa & Debate, São Paulo. v. 15, n 2(26), p. 225-256, 2004.

FRANÇA, Adelmo M. **Os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico e sua aplicabilidade nas economias regionais não desenvolvidas**. Revista Lumen Et Virtus, ISSN 2177-2789. v. 3, n 6. jan. 2012.

G1 PARAÍBA. **Crise faz empresas adiarem instalação de fábricas de cimento na Paraíba**. 2016. Disponível em: <<http://glo.bo/1q6xyOp>>. Acesso em: 15 nov 2017.

G1 PARAÍBA. **Polo internacional, Campina Grande é celeiro de profissionais de tecnologia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/10/polo-internacional-campina-grande-e-celeiro-de-profissionais-de-tecnologia.html>>. Acesso em: 22 nov 2017.

GIAMBIAGI, Fábio. PINHEIRO, A. C. GOSTKORZEWICZ, Joana. **O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro, 1 Edição, BNDES, p. 11-42. 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Pesquisa & Debate, São Paulo. v. 13, n 1, p. 30-45, 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

IANONI, Marcus. **Políticas públicas e Estado: O Plano Real**. Lua Nova, São Paulo. n. 78, p. 143-183, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a09n78.pdf>>. Acesso em: 14 nov 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 06 abr. 2016a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Contas regionais. Base de dados**: Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 06 abr. 2016b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2016c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Indicadores Sociais Mínimos: Conceitos**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: 13 maio 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 17 maio 2017.

JARDIM, Maria Chaves. Silva, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC) neodesenvolvimentismo?** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura

Acadêmica, 2015. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/s5k33/pdf/jardim-9788579837432.pdf>>. Acesso em: 03 set 2017.

JESUS, C. R.; SALES, A. P. D.; MIRANDA, M. L.; LADOSKY, M. H. G.. **Novas e Velhas Relações de Trabalho na fábrica mais moderna do Brasil: o caso do Polo Automotivo Jeep Goiana (2015-2016)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

JORNAL DA PARAÍBA. **Polo cimenteiro da Paraíba pode levar mais 3 anos para ser implantado**. Economia e Negócios, 2016.

LIMA, Policarpo. **Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas**. Revista Análise Econômica, Rio Grande do Sul. v. 12, n, 21 e 22, p. 55-73, 1994. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10490>> Acesso em: 10 jul 2017.

LIMA, S. R. R. BARRETO, R. C. S. **A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990**. Revistas Nexos Econômicos. 2015, n. 2, v. 9, p. 70.

MADEIRO, Carlos. **Nordeste ampliou concentração de riqueza em três estados**. Uol Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/19/investimentos-no-nordeste-se-concentram-em-ce-ba-e-pe.htm>>. Acesso em: 22 set 2017.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda. Uma janela de oportunidade para o Nordeste. Paulo Ferraz Guimarães et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

NASCIMENTO, Sidnei Pereira do. **Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes**. Economia Aplicada. Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502008000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400007)>. Acesso em: 14 nov 2017.

NETO, Aristides Monteiro. COSTA, Marco Aurélio. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. Aristides Monteiro Neto (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro. IPEA, 2017. p. 37-64.

NETO, Leonardo Guimarães. **Trajatória econômica de uma região periférica**. Estudos Avançados, São Paulo – SP. v. 11, n. 29, 1997. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8972>> Acesso em: 10 jul 2017.

NETO, Guimarães. **Desigualdades Regionais**. Recife, 2011.

NETO, Leonardo Guimarães. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. Paulo Ferraz Guimarães et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

NOGUEIRA, Bruna. **Mineração na Paraíba recebe investimentos**. Revista Mineração e Sustentabilidade, 2017. Disponível em: <<http://revistamineracao.com.br/2017/08/01/paraiba->

recebe-investimentos-na-mineracao/> Acesso em: 16 nov 2017.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista FAE, Curitiba, v. 5. N 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil de JK: a criação da SUDENE.** Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>> Acesso em: 12 nov 2017.

OREIRO, J. L. FEIJÓ, C. A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 03 set 2017.

OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos. WAQUIL, Paulo Dabdab. **O desenvolvimento e as desigualdades nos municípios maranhenses: do desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo.** *R. Pol. Públ.*, São Luís, 2013. v. 17, n.2, p. 339-350.

PADANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2º edição. Novo Hamburgo/RS. Feevale, 2013.

PARAÍBA. Governo da Paraíba. **Governo anuncia investimentos para projetos da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/governo-anuncia-investimentos-para-projetos-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 22 nov 2017.

PARAÍBA. Governo da Paraíba. **Com cinco novas fábricas, Paraíba será 2 maior produtor de cimento do país.** Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/com-cinco-novas-fabricas-paraiba-sera-2o-maior-produtor-de-cimento-do-pais/>>. Acesso em: 15 nov 2017.

PEREIRA, Renée. **Apesar da crise no setor, governo aprova R\$ 3 bi para estaleiros.** O Estado de S. Paulo, Economia & Negócios, 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apesar-da-crise-no-setor-governo-aprova-r-3-bi-para-estaleiros,70001819834>> Acesso em: 15 nov 2017

PORTAL ODM. **Relatórios Dinâmicos.** 2017. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/>>. Acesso em: 03 nov 2017.

PNUD. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **O que é IDHM.** Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 17 maio 2017.

RODRIGUES, Mateus. **Vulnerabilidade social cai, mas ainda é alta no Nordeste, diz IPEA.** Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/vulnerabilidade-social-cai-mas-ainda-e-alta-no-norte-e-no-nordeste-diz-ipea.html>>. Acesso em: 11 nov 2017.

SICSU, João. PAULA, L. F. de. MICHEL, Renaut. **Por que Novo Desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, n 4(108), p. 507-524 outdez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SILVA, José Antonio Rodrigues da. A globalização e os novos espaços industriais: a indústria de calçados na Paraíba. Lúcia Maria Góes (Org.). **Recortes Setoriais da Economia Nordestina**. Fortaleza – CE. CAEB/Banco do Nordeste do Brasil, 2004. p. 83.

SILVA. Walter Guedes. **A industrialização do estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do centro-oeste brasileiro: uma análise do período de 1930 a 1970**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, p. 1-27, 2009. Disponível em:

<[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva\\_WG.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_WG.pdf)>. Acesso em: 10 out 2017.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

TOLEDO. P. H. V. M. **O GTDN e a SUDENE de Furtado no desenvolvimento econômico do Nordeste: concepção e realidade**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1718/1/PHVMToledo.pdf>>. Acesso em: 14 nov 2017>

VELOSO, F A. VILLELA, A. GIAMBIAGI, F. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica**. RBE, Rio de Janeiro. v. 62, n. 2, p. 221–246, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

YANO, Nina Machado. MONTEIRO, Sérgio M. Modesto. **Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores**. ANPEC, 36º Encontro Nacional de Economia, Salvador-BA, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211610100-.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.